

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO COMO PROMOTOR DA CIDADANIA: UMA PONTE
POSSÍVEL ENTRE EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

NEUSA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA FRANK

FREDERICO WESTPHALEN-RS, DEZEMBRO DE 2015

NEUSA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA FRANK

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO COMO PROMOTOR DA CIDADANIA: UMA PONTE
POSSÍVEL ENTRE EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

Pesquisa apresentada para obtenção do Título de
Mestre em Educação na Universidade Regional e
Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI,
Campus de Frederico Westphalen. Área de
Concentração: Educação

Orientadora: Prof^a Dr^a Luci Mary Duso Pacheco

FREDERICO WESTPHALEN-RS, DEZEMBRO DE 2015

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/ Unidade

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Campus Frederico Westphalen

Direção do Campus

Diretora Geral: Silvia Regina Canan
Diretora Acadêmica: Elisabete Cerutti
Diretor Administrativo: Clóvis Quadros Hempel

Departamento de Ciências Humanas

**Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Área de Concentração
Educação, Nível de Mestrado**

Coordenadora: Prof^ª. Dra. Edite Maria Sudbrack
Sub-Coordenadora: Prof^ª. Dra. Luci Mary Duso Pacheco

Dissertação de Mestrado

Orientador:

Dr. Luci Mary Duso Pacheco

Orientanda:

Neusa Maria Machado de Oliveira Frank

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Gabriella e Marcos Paulo, por trazerem luz e alegria à minha vida. Por contribuírem para que eu alcançasse esse objetivo, por suportarem as ausências e as chatices e por estarem ao meu lado nessa conquista, o meu amor e minha sincera gratidão.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a Edite Maria Sudbrack, Coordenadora do PPGDU pela confiança, amizade e pela valiosa contribuição na qualificação desse projeto.

À professora Dr^a Luci Mary Duso Pacheco, pela amizade, orientação, críticas, sugestões e dedicação dispensada na elaboração desta Dissertação.

Aos professores da banca, pela leitura cuidadosa das várias versões deste trabalho. Suas considerações, indicações e questionamentos foram preciosos e se transformaram em caminhos trilhados durante todo o processo da pesquisa.

Aos professores do Mestrado que compartilharam seus conhecimentos, fazendo parte da minha trajetória acadêmica.

Aos colegas do Mestrado companheiros de caminhada, obrigada pela amizade, pela partilha nesta jornada pelos momentos de estudo e bate-papos. Obrigada pelos momentos que juntos passamos e dividimos nossas angústias, medos, inseguranças e responsabilidades que a pesquisa nos solicita, mas também pelos momentos maravilhosos que compartilhamos. Felizes de nós que nos permitimos esta intimidade, capaz de apoiar, ombrear e partilhar. Fica a saudade.

Ao pessoal da Secretaria da Pós-Graduação, que faz a diferença neste espaço.

À minha família-pedra fundamental aos meus pais Francisco (im memoriam), e Orquelita e irmãos pelo amor, carinho, incentivo e apoio. Sem vocês eu não estaria aqui.

À professora Rose Lara diretora da escola pesquisada pela disponibilidade, generosidade e atenção, e aos professores que participaram como sujeitos dessa pesquisa, pela disponibilidade e pela reflexão que em seus depoimentos possibilitaram.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram e estiveram presentes nessa jornada. Em especial à Jô e a Samantha, que me incentivaram e me ajudaram na germinação dessa pesquisa.

A Deus Pai, obrigada!

RESUMO

O presente estudo analisou como o Ensino Médio Politécnico pode contribuir para a aproximação da educação e do mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão. Sabe-se que grande parte do conhecimento produzido na área da educação não abarca as discussões e pesquisas acerca do Ensino Médio Politécnico. Isso se deve ao fato de que possibilitar a construção de um ensino voltado à cidadania e que se aproxime da Educação para o mundo do trabalho ainda exige dos pesquisadores uma maior cautela. Analisar como o Ensino Médio Politécnico pode possibilitar a promoção da cidadania tendo em vista a relação da educação com o mundo do trabalho na rede estadual de ensino de um município do Norte do Estado do Rio Grande do Sul foi o desafio principal desta dissertação. A pesquisa apresentou ainda a metodologia que foi utilizada para desenvolver a mesma, os sujeitos pesquisados, o contexto no qual a pesquisa foi realizada, os instrumentos de coleta de dados e métodos de análise. Entre os vários aspectos que permeiam as discussões na área educacional, intenciona-se saber quais os princípios legislativos que viabilizam a passagem de Ensino Médio para Ensino Médio Politécnico; de que maneira se desenvolveu o Ensino Médio Politécnico no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul e qual a viabilidade do trabalho enquanto proposta de princípio educativo para o trabalho e a promoção da cidadania. Nesta pesquisa, pensou-se no conhecimento que caracteriza o trabalhador e que é considerada uma construção histórica, marcada pelo processo dialético e situado na conjuntura econômica, histórica e social em que esse trabalhador está inserido, estado esse em que estão imersas as propostas do Ensino Médio Politécnico. Pensar a Politécnia como base formadora do trabalhador a fim da superação da unilateralidade que, por sua vez, se caracteriza pela consideração exclusiva das transformações ocorridas nos meios de produção e pela manutenção das relações de produção é estar restringindo esse sujeito a um ensino desprovido de saberes em construção. Com base nisso, ficam evidenciados os princípios importantes a serem seguidos para a educação dos jovens e, principalmente, na etapa final, em nível médio, a preparação para o trabalho, mas não como uma preparação a um trabalho específico e sim, uma preparação voltada à capacidade de entendimento das diversas formas de trabalho que perpassam a sociedade. Diante disso, surgem os princípios do ensino médio politécnico, o qual permite a partir de uma pesquisa socioantropológica da comunidade em que o educando está inserido, levantar dados, discutir e debater a realidade vivenciada pela sua comunidade. Assim, através de um contexto em que educação e sociedade se encontram em interação, é possível propor alternativas que estimulam a atuação do aluno no meio em que está inserido, englobando em sua rotina tanto as atividades ligadas ao estudo teórico, quanto aquelas vinculadas aos diversos ramos de trabalho da sociedade organizada que o cerca. Na proposta do ensino politécnico, está o trabalho como princípio educativo e o desenvolvimento do ensino em âmbito interdisciplinar através do Seminário Integrado e Projetos vinculados à pesquisa.

Palavras-chave: Ensino Médio, Politécnia, Educação, Cidadania, Mundo do trabalho.

ABSTRACT

This current study examined how the Polytechnic High School can contribute to the approximation of education and the world of work in promoting a citizen student. It is known that much of the knowledge produced in the field of education does not cover the discussions and researches about the Polytechnic High School. This is due, to the fact that enable the construction of a teaching, focused on the citizenship and which can approximate the Education for the world of work, which still requires from the researchers a greater caution. Analyze how the Polytechnic High School may allow the promotion of citizenship in view of the relationship between education and the world of work in the state school system of a municipality in the Northern state in Rio Grande do Sul, was the main challenge of this thesis. The survey also showed the methodology that was used for its development, the research subjects, the context in which it was conducted, the data collection instruments and the methods of analysis. Among the various aspects that permeate the discussions in the educational area, it was purposed-knowing which legislative principles enabled the passage from High School to Polytechnic High School; how it was developed the Polytechnic School in Brazil and in the State of Rio Grande do Sul, what is the feasibility of the proposed work as an educational principle to work and also, the promotion of citizenship. In this research, it was thought the knowledge that characterizes the worker traced by the dialectic process and located in the economic, social and historical conjuncture in which is inserted. Think the Polytechnic as a forming base of the worker as the overcoming of the sidedness which, in turn, is characterized by the exclusive consideration of the transformations occurred in the means of production and by the maintenance of relations of production, is to be restricting this guy to an education devoid of knowledge under construction. Based on this, it is evidenced the important principles that should be followed for the education of young people, especially in the final stage, in middle-level, when the preparation is focused on the ability to understand the various forms of work that permeate the society. Therefore, there are the principles of the high school polytechnic, which allows from a socio-anthropological research of the community in which the student is inserted, collect data, discuss and debate the reality experienced by their community. Thus, through a context in which education and society are interacting, it was possible to propose alternatives to stimulate the performance of the student in the middle where he/she is located, encompassing into his/her routine both activities related to the theoretical study, as those linked to the various working branches of the organized society that surrounds him/her. In the proposal of the polytechnic education, the work is as an educational principle and its development in interdisciplinary sphere through the Integrated Seminar and Projects linked to the research. It is a qualitative research whose goal, was to analyze how the Polytechnic School can contribute to the promotion of citizenship in view of the relationship between education and the world of work.

Key-words: high school, polytechnic, education, citizenship, world of work.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB – Conselho de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

E1 – Escola 1

EM – Ensino Médio

EMP – Ensino Médio Politécnico

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MG – Minas Gerais

PPP – Projeto Político Pedagógico

P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P14 e P15 - Professor

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

REE – Rede Estadual de Ensino

RS – Rio Grande do Sul

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SC – Santa Catarina

SIP – Seminário Integrado e Projetos

TCL – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNB – Universidade de Brasília

UNESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção na Área do ano de 2002 ao ano de 2011

Quadro 2 – Produção Científica por Instituição de Ensino Superior

Quadro 3- Produção Científica por região brasileira.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo Escolar da Rede Estadual

Tabela 2 – Distribuição da carga horária no Ensino Médio Politécnico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS CONCEPÇÕES ATUAIS DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E SUA IMPLANTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA.....	19
2.1 O que se entende por Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul.....	19
2.2 Estrutura do Ensino Médio Politécnico	24
2.3 Ensino Médio Politécnico como promotor da cidadania.....	31
2.4 Ensino Médio Politécnico e o educando: possibilidades de inserção no mundo do trabalho	38
2.5 O sentido do trabalho como princípio educativo na educação politécnica	40
3 CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	47
3.1 Opção e concepção de pesquisa.....	47
3.2 O desenho metodológico da pesquisa	50
3.3 A escolha dos sujeitos e espaços da pesquisa	50
3.4 A escolha dos instrumentos de coleta e análise de dados.....	52
3.5 O espaço da pesquisa.....	53
4 ANÁLISE DE DADOS.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A.....	72
APÊNDICE B.....	73
APÊNDICE C.....	75

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o cenário da educação brasileira tem apresentado complexidade crescente, com importantes mudanças que articulam as demandas do ensino médio tanto as dificuldades quanto os avanços nas estratégias e ações nesse nível de ensino, gerando processos inclusivos, exclusivos e de seleção educacional e social. Esse contexto possui um forte potencial de análise para poder captar e compreender os conflitos, as tensões que impedem a democratização dessa modalidade de ensino e torná-lo de fato um direito à cidadania.

Nos últimos anos, temos acompanhado uma grande preocupação com essa modalidade de ensino, etapa final da educação básica. São três ou quatro anos só de educação básica, ensino esse que na verdade nunca teve uma identidade muito clara, a não ser preparar para o vestibular, ENEM, ou para a formação profissional.

A Constituição Federal do Brasil estabelece por meio da Emenda Constitucional nº14, de 13 de setembro de 1996, a progressiva universalização do ensino médio gratuito (CF 1988, art. 208, II), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996, art. 4º, II) institui a obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. Nesses enunciados fica evidenciado importante papel do Estado e da família nessa etapa da educação básica dos jovens.

O ensino médio público brasileiro, vem se expandindo gradativamente, desde meados da década de 1990, no entanto, sua obrigatoriedade foi colocada recentemente pelo governo federal, através do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). Nesse debate, se alerta para a necessidade de ampliação dos recursos disponíveis, que atenda ou crie condições para atender a população de 15 a 17 anos (FSP, 30/10/2008; OESP, 30/10/2008).

A abrangência da LDB, que definiu a educação básica em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; determinando o ensino médio como etapa final da educação básica.

Nos últimos anos temos acompanhado uma ampliação na preocupação com essa etapa da escolaridade básica. Assistimos a consolidação de novas conquistas para o ensino médio, a partir da Emenda Constitucional nº 59 (2009), que estabelece, como dever do Estado com a educação escolar, a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 anos aos 17 anos de idade, incluindo, o ensino médio como obrigatório. Apesar dessas conquistas em termos de legislação, por outro lado, assistimos um cenário preocupante no que se refere aos altos índices de reprovação e de abandono do ensino médio.

Diante desse contexto o ensino médio enfrenta o desafio de ser incluído, na prática, como parte da escolaridade obrigatória para todos os brasileiros, garantindo a permanência dos estudantes, com uma aprendizagem significativa dos conhecimentos selecionados em cada área do conhecimento.

Nos últimos anos, em âmbito nacional, foram definidas as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica (Res. MEC/CNE 4/2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Res. MEC/CNE 2/2012). Essas propostas têm incentivado as Redes Escolares Públicas Estaduais, principais responsáveis pela oferta do ensino médio, a desenvolver propostas coerentes com o contexto atual brasileiro.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS), no âmbito do governo Tarso Genro (gestão 2011-2014), procurando atender às exigências postas pela nova legislação nacional, desenvolveu um processo de implementação da “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014” (Rio Grande do Sul, 2011), em sua Rede Escolar. Atualmente, com a mudança de governo do Estado, mantém-se, em princípio, o Ensino Médio Politécnico, embora não haja clareza sobre os rumos que esse processo de implantação da proposta tomará daqui para frente.

O tema Ensino Médio Politécnico vem chamando a atenção de educadores, pais, alunos e toda a comunidade escolar. No ano de 2011, os meios de comunicação divulgaram informações sobre a mudança que o Ensino Médio teria a partir de 2012, no Estado do Rio Grande do Sul. Houve dúvidas e preocupações referentes às novas demandas no seu ambiente de trabalho, mesmo depois de iniciado o processo de implantação do Ensino Médio Politécnico, conforme relata Hübner (2012). É normal que essa mudança crie uma perturbação, uma instabilidade, pois é um sistema novo de ensino no Estado, porém pioneiro no país.

Todavia, mudar, transformar faz parte do processo evolutivo do ser humano, e absolutamente, as mudanças ocorrem com velocidade acelerada, porque os avanços dos conhecimentos científicos e tecnológicos têm transformado significativamente nossa sociedade. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases - da educação brasileira de 1996 no art. 22 estabelece que, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996).

Com base nisso, ficam evidenciados os princípios importantes a serem seguidos para a educação dos jovens e, principalmente, na etapa final, em nível médio, a preparação para o

trabalho, mas não como uma preparação a um trabalho específico e sim voltado à capacidade de entendimento das diversas formas de trabalho que perpassam a sociedade.

Diante disso, surgem os princípios do ensino médio politécnico, o qual permite a partir de uma pesquisa sócio antropológica do meio em que o educando está inserido, levantar dados, discutir e debater a realidade vivenciada pela sua comunidade. Assim, através de um contexto em que educação e sociedade se encontram em interação, é possível propor alternativas que estimulam a atuação do aluno no meio em que estão inseridos, englobando em sua rotina tanto as atividades ligadas ao estudo teórico, quanto àquelas vinculadas aos diversos ramos de trabalho da sociedade organizada que o cerca. Na proposta do ensino politécnico, está o trabalho como princípio educativo e o desenvolvimento do ensino em âmbito interdisciplinar através do Seminário Integrado vinculado à pesquisa.

Para isso, o planejamento de ensino precisará contemplar as dimensões já apontadas na LDB, na perspectiva de desenvolver um trabalho interdisciplinar voltado às áreas do conhecimento da Matemática, das Linguagens, das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas.

O presente estudo teve como premissa analisar como o Ensino Médio Politécnico pode contribuir para a aproximação da educação e do mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão. Sabe-se que grande parte do conhecimento produzido na área da educação não abarca as discussões e pesquisas acerca do Ensino Médio Politécnico. Isso se deve ao fato de que possibilitar a construção de um ensino voltado à cidadania e que se aproxime da Educação para o mundo do trabalho ainda exige dos pesquisadores uma maior cautela.

Analisar como o Ensino Médio Politécnico pode possibilitar a promoção da cidadania tendo em vista a relação da educação com o mundo do trabalho na rede estadual de ensino de um município do Norte do Estado do Rio Grande do Sul é o desafio principal desta pesquisa. Entre os vários aspectos que permeiam as discussões na área educacional, intenciona-se saber quais os princípios legislativos que viabilizam a passagem de Ensino Médio para Ensino Médio Politécnico; de que maneira se desenvolveu o Ensino Médio Politécnico no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul e qual a viabilidade do trabalho enquanto proposta de princípio educativo para o trabalho e a promoção da cidadania.

O Brasil, ao longo de sua trajetória de incentivo a pesquisas na área educacional, demonstrou ter passado por diversas mudanças tanto na forma de oferecimento do ensino gratuito a todos como também nas ampliações de tempo em cada modalidade de ensino. As percepções ao citado podem ser constatadas na Lei n° 5692/71 a qual faz inferência ao ensino profissionalizante o qual deu um salto de uma visão humanística a outra profissionalizante.

Ao passo que se busca profissionalizar o ensino, surge em meio a diversas circunstâncias a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 que insere a concepção do trabalho em um repensar da cidadania, uma vez que pensar o ensino profissionalizante é ao mesmo tempo pensar no cidadão em uma prática de cidadania constante em seus espaços de aprendizagem progressiva que levaria o aluno a dar continuidade aos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, porém preparando os alunos para o ensino profissionalizante e a cidadania. Saviani (2002) enfatiza que a LDB já previa o ensino acima mencionado e deixa claro que os avanços para o campo profissionalizante previstos na lei foram o início para as discussões que emergem da modalidade de Ensino Médio Politécnico.

É preciso ressaltar que a educação politécnica não surgiu como modismo criado por estudiosos da área educacional, pois já era mencionado por Marx (2004) quando afirmavam que o ensino deveria ter tanto a teoria quanto a prática, os alunos usariam os conhecimentos científicos adquiridos para melhorarem sua prática no contexto social em que estavam inseridos, uma vez que iriam se apropriar dos conhecimentos técnico-científicos para agregarem valor à prática profissional.

Nesta pesquisa, pensa-se no conhecimento que caracteriza o trabalhador e que é considerada uma construção histórica, marcada pelo processo dialético e situado na conjuntura econômica, histórica e social em que esse trabalhador está inserido, estado esse em que estão imersas as propostas do Ensino Médio Politécnico. Pensar a Politecnicidade como base formadora do trabalhador a fim da superação da unilateralidade- que, por sua vez, se caracteriza pela consideração exclusiva das transformações ocorridas nos meios de produção e pela manutenção das relações de produção é estar restringindo esse sujeito a um ensino desprovido de saberes em construção.

Ao invés dessa visão, o Ensino Médio pressupõe um ensino significativo, de construção e pesquisa permanente em que o sujeito é capaz de transformar e transformar-se, tornando os conhecimentos concretos, vivos e atualizados com o desenvolvimento técnico-científico [...] impregnado pelas questões postas pelo cotidiano social. (MACHADO, 1989, p. 11). Na perspectiva da politecnicidade o ensino voltado à preparação do sujeito implica na superação da [...] visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir

outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo. (FRIGOTTO, 1999, p. 8).

Para Calazans (2001, p.14), o Ensino Politécnico tem seu propósito e ultrapassa os objetivos tradicionais da educação e se apresenta como uma “pedagogia adequada à prática nas lutas específicas de cada categoria, em suas participações com o saber elaborado”. No Rio Grande do Sul, na rede estadual de ensino a taxa de abandono no Ensino Fundamental é 1,6%, e no Ensino Médio 13,8 % (Censo Escolar, 2012). Percebe-se um aumento significativo de abandono da escola no nível médio. Nesse sentido desencadeia problemas no processo de escolarização de muitos estudantes, os quais não conseguem se adaptar ao padrão solicitado, e terminam abandonando a escola.

Assim, buscando caminhos para mudar essa e outras situações que fazem parte do cotidiano da escola pública, tais como: distorção idade e série, alto nível de reprovação e abandono, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação, em uma proposta inédita no país, implantou o Ensino Médio Politécnico em toda a rede estadual de ensino no ano de 2012.

Para isso, busca-se, primeiramente, abordar o Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul focando na questão de seus pressupostos legais. Parte-se da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes para o Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE/2010). Neste item, é exposto um recorte de dados indicativos do alto índice de reprovação (17,9%) e abandono (11,7%) da escola no nível médio de ensino e a forma como a implantação do Ensino Médio Politécnico visa superar esse problema. Ainda como fundamentações teóricas são apresentadas discussões sobre o Ensino Médio Politécnico como promotor da cidadania e o sentido do trabalho como princípio educativo na educação politécnica.

A pesquisa apresentou ainda a metodologia utilizada para desenvolvê-la, os sujeitos de pesquisa, o contexto no qual a pesquisa será realizada, os instrumentos de coletas de dados e métodos de análise.

Assim, essa pesquisa foi realizada visando à compreensão dessa modalidade de ensino, uma vez que tem produzido muita polêmica entre os professores e as referências teóricas ainda são raras, o que torna o assunto relevante. A questão norteadora é: “Como o Ensino Médio Politécnico pode contribuir para a aproximação da educação com mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão?”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo foi analisar como o Ensino Médio Politécnico pode possibilitar a promoção da cidadania tendo em vista a articulação da educação com o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, derivam-se os seguintes objetivos específicos:

1º) Conhecer os princípios legislativos que norteiam o Ensino Médio e o Ensino Médio Politécnico no Estado do Rio Grande do Sul;

2º) Estudar o contexto de implantação do Ensino Médio Politécnico no Estado do Rio Grande do Sul;

3º) Verificar as possibilidades que o Ensino Médio proporciona ao educando para a inserção no mundo do trabalho e vivência da cidadania;

4º) Analisar a relação entre o Ensino Médio Politécnico, a promoção da cidadania e o mundo do trabalho.

A pesquisa realizou-se por meio de entrevista em uma escola estadual do município de Frederico Westphalen/RS. Os sujeitos da pesquisa foram professores estaduais que trabalham no Ensino Médio Politécnico nos turnos da manhã, tarde e noite.

Nesta dissertação, o Capítulo 2 trata do contexto da pesquisa, o Capítulo 3 aborda as concepções atuais do Ensino Médio Politécnico e sua implantação no Rio Grande do Sul: educação, trabalho e cidadania. Parte-se da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes para o Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE/2010). Na estrutura do Ensino Médio Politécnico, apresenta-se um pequeno recorte de dados indicativos do alto índice de reprovação (17,9%) e abandono (11,7%) da escola no nível médio de ensino, e a forma como a implantação do EMP visa superar esse problema. Para isso, a SEDUC criou um documento-base intitulado Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e a educação profissional integrada ao Ensino Médio- 2011-2014, o qual apresenta os pressupostos teóricos e algumas orientações para a estruturação curricular do Ensino Médio.

No Capítulo 4 são apresentados: a metodologia, os sujeitos de pesquisa, o contexto no qual a pesquisa foi realizada, os instrumentos de coletas de dados e métodos de análise.

No Capítulo 5 a análise e resultados são apresentados. E para finalizar, o Capítulo 6 trata das considerações finais.

2 AS CONCEPÇÕES ATUAIS DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E SUA IMPLANTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA

2.1 O que se entende por Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul

Segundo a Proposta (2011-2014), o Ensino Politécnico tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania. Para Saviani (2007), Politecnia significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. A concepção de ensino politécnico, que tem relação em preparar o sujeito para o mundo do trabalho, é diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, que está mais relacionada em preparar o sujeito para o mundo de trabalho.

A profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade, sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e da articulação com o conjunto do processo produtivo, enquanto que a perspectiva politécnica concentra-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência, independentemente do tipo de ocupação que cada sujeito venha a exercer na sociedade.

O Ensino Politécnico, embora não profissionalize, deve estar radicado no mundo do trabalho e das relações sociais, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade. Do ponto de vista da organização curricular, a Politecnia supõe novas formas de seleção e organização dos conteúdos, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento, ou seja, o trabalho interdisciplinar. O caráter interdisciplinar não exclui o caráter disciplinar do conhecimento científico, mas completa-o, estimula a percepção dos fenômenos, possibilitando a construção e uma percepção dinâmica da nossa vivência, da convivência com o mundo da informação, das tecnologias, da vida social, ou seja, um aprendizado com aspectos práticos e críticos. Segundo Fazenda (2008), a interdisciplinaridade permite reconhecer não só o diálogo entre as disciplinas, mas também a conscientização sobre o sentido da presença do homem no mundo.

Na Proposta Pedagógica se destaca a pesquisa científica como forma de sistematizar, socializar e problematizar os conteúdos, articulando as áreas do conhecimento e dando um significado social ao conhecimento, incentivando o protagonismo dos estudantes. De acordo com Maldaner (2000), a perspectiva é de contribuir na formação de um sujeito que capta os significados do contexto social, internaliza e reconstrói com base em sua vivência e na mediação de outros.

O Ensino Médio Politécnico surge na busca de novos paradigmas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, uma vez que oferecer uma educação com qualidade cidadã que valorize o profissional, que lhe incentive a formação continuada e que proporcione um currículo que atenda as necessidades do mundo atual são os desafios para tal educação. Passar a pensar o Ensino Médio não apenas como uma continuidade do ensino fundamental requer um compromisso com a qualidade cidadã. O Ensino Médio Politécnico tem seu alicerce na concepção da politecnicidade e articula as áreas do conhecimento e suas tecnologias com os eixos da: cultura, ética, ciência, tecnologia e do trabalho como princípio educativo. Para tal, a proposta requer uma formação interdisciplinar em que as áreas do conhecimento dialoguem entre si e se aperfeiçoem constantemente.

Neste sentido, é preciso analisar o Ensino Médio como a etapa final da Educação Básica, para a qual a LDB instituiu tal educação integrando a ela os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo elas oferecidas por viéses diferentes dentro de cada modalidade, mas que contemple as características necessárias ao desenvolvimento do aluno no nível em que este estiver. Assim:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art. 22).

Sem dúvida, o Ensino Médio passa a ser visto como a etapa final da educação básica e uma continuidade do ensino fundamental por trazer no cerne da ideia os objetivos destacados:

I – a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art.35).

Outro lado ainda das discussões sobre o Ensino Médio Politécnico, vistas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, enfatiza que,

O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura como ampliação da formação cultural (CNE/CEB, Resolução nº 04/2010, Art. 26, § 1º).

As visões evidenciam que toda a articulação em volta desta modalidade de ensino perpassa as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares sem deixar de lado as concepções da educação que proporcionam o desenvolvimento de ações, atividades e vivências pedagógica as quais remodelam a atual modalidade, já que mexe com o cotidiano do aluno que desenvolve suas habilidades agregando a elas as novas atividades profissionais.

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB apresenta as diretrizes e bases à educação nacional. O artigo 36 diz respeito ao currículo do Ensino Médio, dispondo:

O currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:
I-destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
II-adotará metodologia dos estudantes de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes; (LDB, 1996, p.33).

As diretrizes dessa lei apontam o currículo do Ensino Médio para a vida, sendo o trabalho e a cidadania definidos como contextos, ou melhor, um currículo que vincule os assuntos trabalhados em aula com as diversas situações da vida do aluno. O currículo é trabalhado de forma que contemple o sujeito no contexto histórico-cultural, considerando-o agente, conforme mencionado na citação anterior, assim o currículo do Ensino Médio adotará metodologias que “estimulem a iniciativa dos estudantes” (Art. 36, p. 33). Todavia, apesar de estar em vigor desde o ano de 1996, ainda prevalece nas instituições de ensino a transmissão de conhecimento, centrada em aulas expositivas e que não considerem os alunos como sujeitos ativos da aprendizagem, mas sim receptores de conhecimentos (CASTRO; COSTA, 2011).

No contexto educativo atual, conforme Moreira (2011), as palavras de ordem são ensino centrado no aluno, aprendizagem significativa e construtivismo. Dificilmente se fala em estímulo-resposta, reforço positivo, instrução programada, porque esses conceitos

pertencem ao discurso usado na época em que a educação era fortemente influenciada por tendências comportamentalistas. Entretanto, o autor afirma:

É provável que a prática docente ainda tenha muito do behaviorismo, mas o discurso é cognitivista/construtivista/significativo. Quer dizer, pode não ter havido, ainda, uma verdadeira mudança conceitual nesse sentido, mas retórica mudou. (MOREIRA, 2011, p.25).

Na análise diagnóstica do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) afirma constatar que “o ensino se realiza mediante um currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio-histórico” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.5). Esse tipo de currículo não parece que o ensino seja centrado nos alunos. Pois, nessa perspectiva (aulas predominantemente expositivas e currículo fragmentado), a avaliação costuma ser baseada em condições externas e comportamentais dos alunos, empregando-se parâmetros para testar, medir e comparar, muito próxima da perspectiva de Skinner (1970). No qual o importante é seguir as etapas: início, para o professor criar estratégias; durante o processo de aprendizagem, para controle e replanejamento; final, para verificar, testar os resultados.

Para estimular o alcance de objetivos recorre-se aos esforços, tais como: nota de prova, destaque na turma, reconhecimentos por parte do professor e até mesmo por colegas. Skinner (1970) já afirmava que a prática dos reforços é familiar: “Os reforçadores usados pelas instituições estabelecidas são familiares: consistem em boas notas, promoções, diplomas, graus e medalhas, todos associados como reforçador generalizado da aprovação” (SKINNER, 1970).

Entretanto, como a reprovação e abandono escolar na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (REE-RS) são elevados, parece que esses reforços, próximos de Skinner, não são apropriados para dar conta de uma geração que já nasceu na era tecnológica. Assim, para dar uma identidade ao Ensino Médio e reduzir os altos índices de reprovação e abandono escolar, o governo do Rio Grande do Sul, em 2012, implantou o Ensino Médio Politécnico. A implantação ocorreu de forma gradual, primeiramente no 1º ano e estendendo-se ao 2º e 3º anos de Ensino Médio, em 2013 e 2014.

As orientações e diretrizes do Ensino Médio Politécnico foram estabelecidas no documento-base produzido pela Secretaria EDUC-RS, intitulado “Proposta pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e educação profissional integrada ao Ensino Médio - 2011-2014”. O documento apresenta a proposta de politecnia como:

A proposta basicamente se constitui por um ensino médio politécnico que tem por base na sua concepção a dimensão da politecnia, constituindo-se na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo. [...] “A execução desta proposta demanda uma formação interdisciplinar, partindo do conteúdo social, revisitando os conteúdos formais para interferir nas relações sociais e de produção na perspectiva da solidariedade e da valorização da dignidade humana” (RIO GRANDE DO SUL, 2011 p.4).

As mudanças indicadas no documento visam contextualizar a educação do século XXI, trazendo alteração estrutural no Ensino Médio. Contempla a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e formas produtivas, dentro de uma visão de responsabilidade, cidadania e sustentabilidade. Assim, o Ensino Médio é colocado como etapa final da educação básica e não apenas como continuidade do ensino fundamental. O que corrobora as orientações da LDBEN/96:

- I – a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade e a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, Lei nº9.394/1996, Art.35).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o Ensino Médio, recomendam que o ensino das Ciências Exatas e Matemática e suas tecnologias seja concebido dentro da visão sócia- histórica.

Um Ensino Médio concebido para a universidade da Educação Básica precisa desenvolver o saber matemático, científico e tecnológico como condição de cidadania e não como prerrogativa de especialistas. O aprendizado não deve ser centrado na interação individual de alunos com materiais instrucionais, nem se resumir à exposição de alunos ao discurso professoral, mas se realizar pela participação ativa de cada um e do coletivo educacional numa prática de elaboração cultural. É na proposta de condução de cada disciplina e no tratamento interdisciplinar de diversos temas que esse caráter ativo e coletivo do aprendizado afirmar-se-á. (BRASIL, 2000, p.7 e 8)

Assim espero que o aprendizado construído nesse processo coletivo não seja um fim em si mesmo, mas sim um seguimento, cujo objetivo é o desenvolvimento dos indivíduos e da própria sociedade.

O Plano Nacional de Educação (PNE/2010) apresenta como diretrizes para a educação brasileira:

Art. 2º São diretrizes do PNE – 2011/2020:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais;

IV – melhoria da qualidade do ensino;

V – formação para o trabalho;

VI – promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

VII – promoção humanística científica e tecnológica do país;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX – valorização dos profissionais da educação;

X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. (BRASIL, PL nº 8.035/2010, Art.2).

No anexo I do documento são abordadas algumas estratégias para cumprir o plano de educação, especificamente em relação ao Ensino Médio. Assim estimulando a implantação do programa nacional de diversificação curricular que procura incentivar abordagens interdisciplinares organizadas de forma que teoria e prática estejam presentes. Também, são discriminados os conteúdos obrigatórios e eletivos articulados nas temáticas: ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte. Outra estratégia do plano de educação é estimular a expansão do estágio para estudantes do Ensino Médio, mantendo o objetivo pedagógico integrado à formação para o trabalho, visando ao aprendizado de competências próprias da realidade do mundo do trabalho, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante ao trabalho e à vida cidadã. Na sequência aborda-se um breve relato sobre a estrutura do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul.

2.2 Estrutura do Ensino Médio Politécnico

O Ensino Médio Politécnico foi implantado no governo de Tarso Genro (2011-2014) com base na LDBEN/96, sendo um projeto pioneiro no país. O plano de governo dessa gestão já previa, em 2010, mudanças na educação da rede estadual, especialmente, no nível médio, devido aos índices de reprovação e abandono escolar (AZEVEDO; REIS, 2013). Os dados do Censo Escolar⁴, disponíveis, dos últimos 5 anos são expostos na Tabela 1.

QUADRO 4 – CENSO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL

Ano Censo	Aprovação %	Reprovação %	Abandono %
2008	64,7	21,3	14,0
2009	65,3	21,7	13,0
2010	66,1	21,6	12,3

2011	66,3	22,3	11,4
2012	70,4	17,9	11,7

Fonte: SEDUC/RS - 2014

O problema da reprovação e abandono escolar, não é algo novo. Ao longo dos anos vem se mantendo com taxas elevadas, conforme é possível perceber por meio dos dados apresentados na Tabela 1. Entretanto, como afirma Azevedo e Reis (2013), isso não pode ser visto como algo natural porque causa exclusão dos jovens na escola, privando-se do direito à educação.

E esse direito é garantido pela Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”. (BRASIL, 1998, p.99). Entretanto, somente a garantia de acesso ao sistema educacional brasileiro não é suficiente para que a educação seja um processo democrático.

Pois conforme afirma Jacomini (2009), a escola que ensina somente para uma parte dos alunos, continua operando no paradigma da educação como privilégio, ou seja, direito de alguns em detrimento de outros. Nas palavras da autora:

Quando a escola só consegue ensinar uma parte de seus alunos, abandonando à própria sorte os demais, ela continua operando no paradigma da educação como privilégio. A educação só se concretiza como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos. (JACOMINI, 2009, p. 561).

Nessa perspectiva, nacionalmente, as questões ligadas ao Ensino Médio tem sido foco de discussões e reflexões na esfera da mídia, nas universidades e no setor empresarial. Isso decorre, primeiramente, dos dados estatísticos publicados sobre o Ensino Médio, principalmente em relação à taxa elevada de abandono e reprovação. Segundo Azevedo e Reis (2013), em resposta à situação exposta, também surgiram proposições teóricas e metodológicas para mudar e possibilitar uma identidade ao Ensino Médio.

De acordo ainda com os mesmos autores, essas proposições surgiram manifestadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012 (BRASIL, 2012). E apontam para a formação humana integral, conforme exposto no artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 02/2012:

Art. 5º O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:
I – formação integral do estudante;
II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;

[...]

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (BRASI, 2012, p.2).

A fundamentação teórica e a realização do Ensino Médio Politécnico regulam-se, principalmente, nos mesmos princípios da DCNEM/2012, articulando a interdisciplinariedade do trabalho pedagógico:

- por meio das áreas do conhecimento (ciências da natureza, ciências humanas, linguagem e matemáticas; todas com suas respectivas tecnologias);
- na relação teoria e prática, parte e todo;
- na pesquisa como princípio pedagógico; na avaliação emancipatória; no reconhecimento dos saberes;
- no trabalho como princípio educativo;
- na politecnia como conceito estruturante do pensar e fazer; no planejamento coletivo.

Para relacionar coerente cultura e trabalho, ciência e tecnologia o Ensino Médio Politécnico, na prática, a SEDUC criou diretrizes para instituir o Seminário Integrado nas escolas estaduais. Trata-se de um espaço-tempo destinado aos alunos pesquisarem de forma coletiva, segundo seus temas de interesse.

A SEDUC ampliou a carga horária do Ensino Médio Politécnico, passando de 2400 para 3000 horas. Esse acréscimo de horas pode ser contabilizado com horário para estágios ou aproveitamento do tempo em empregos formais, mas a atividade profissional precisa estar dentro dos conteúdos abordados nos Seminários Integrados, durante o curso. Semanalmente às 25 horas-aula passam para 30 horas-aula.

Essa proposta da SEDUC também orienta para uma reorganização curricular, englobando componentes curriculares que visam à formação geral (Linguagem, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, todas as áreas com suas tecnologias) e uma parte diversificada. Os eixos temáticos transversais sugeridos para a parte diversificada são: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos; Cultura e Artes; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza. (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

A parte diversificada articula as áreas do conhecimento, considerando as experiências e vivências dos educandos com o mundo do trabalho, assim relacionando à formação humana tecnológica e politécnica.

O currículo do Ensino Médio Politécnico apresenta carga diferenciada para cada ano. São 1000 horas-aula por ano, sendo que no primeiro ano 75% destina-se à formação geral e 25% à parte diversificada; no segundo ano 50% para cada bloco de formação; e no terceiro ano, 25% à formação geral e 75% à parte diversificada. Conforme ilustra a Figura 1.

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA NO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO.

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Formação Geral	750h	500h	250h	1500h
Formação Diversificada	250h	500h	750h	1500h
Total	1000h	1000h	1000h	3000h

Fonte: SEDUC/RS 2011

O Seminário Integrado articula as duas partes do currículo (formação geral e parte diversificada), por meio de projetos de pesquisa.

A base da pesquisa é o questionamento, não qualquer questionamento, mas sim o questionamento reconstrutivo, o qual se destaca por apresentar qualidade formal e política. Segundo Demo (2001, p. 13): “Por “questionamento”, compreende a referência à formação do sujeito competente no sentido de ser capaz de, tomando consciência crítica, formular e executar projeto próprio de vida no contexto histórico”.

No primeiro ano os projetos são mais simples, os alunos aprendem sobre o método científico e iniciam pesquisas, nos anos posteriores, esses projetos tendem ao aprofundamento, tomando forma mais complexa e consistente. No Seminário Integrado os alunos desenvolvem atividades de pesquisa, colocando em prática os conhecimentos teóricos. A nova modalidade também busca preparar os jovens para a sua futura inserção no mundo do trabalho ou para dar continuidade dos estudos no nível superior, tendo uma visão em que profissão seguir.

Então, a discussão permanente que se tem, está focada em como garantir uma educação que siga as regras previstas na Constituição ao mesmo tempo em que garanta a permanência do aluno na escola e que garanta seu pleno desenvolvimento. Trata-se do dever do estado e da família. É pensando a partir desta perspectiva, que se apresentam as políticas

públicas que partem de ações intersetoriais, focalizando outras necessidades que esses educandos enfrentam, tais como a disponibilização de transporte escolar, bolsa escola entre outras medidas que garantam a permanência dos estudantes na escola.

O ponto central de análise a ser agregado a esta formação de educação, é em primeiro lugar saber que ao chegar ao ensino médio o aluno não será bombardeado de conhecimentos e sim o saber será apresentado para ser desenvolvido continuamente de modo a participar da evolução dos mesmos no meio social, para que seja possível reforçar seus vínculos com o mundo do trabalho que o cerca. Isso porque a proposta de educação politécnica para o ensino médio considera a formação cidadã que atenda as necessidades humanas dos alunos sem deixar de lado o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico visando sempre inserir o aluno no mundo do trabalho.

A aproximação do aluno com a produção de seus próprios conhecimentos possibilita uma aproximação com a proposta de educação cidadã, pois se cada aluno formar uma concepção de aprendizagem percebendo nela o caminho para um progresso do mundo que o cerca, incluindo aqui sua contribuição para o mundo do trabalho que na proposta da politecnicidade se encontra nas pesquisas científicas produzidas por estes alunos, estarão construindo uma aprendizagem cidadã.

Nesse processo, o aluno torna-se autor da sua aprendizagem, pois se insere com função participativa essencial nas atividades escolares.

[...] é mister trabalhar especificamente o espaço educativo do aprender a aprender, cuja base é uma atitude de pesquisa diante da realidade, acompanhada da competência de nela intervir com base em conhecimento atualizado. Mero ensino, mera aula, meras provas decaem na vala da mediocridade, porque neles não aparece o ímpeto educativo emancipatório, nem no professor, nem no aluno (DEMO, 1992, p. 25).

Romper com paradigmas educacionais da produção de saberes leva a educação a uma reestruturação em sua forma, ou seja, incluir o aluno no mundo do trabalho lhe oferecendo as condições necessárias para uma educação cidadã é uma prioridade da proposta politécnica, uma vez que não separa os conhecimentos científicos e tecnológicos daqueles voltados ao trabalho, mas pelo contrário, agrega a eles novos olhares que primam pelo princípio educativo de que o cidadão é promotor de seus conhecimentos e age sobre eles a todo instante.

Ter claro que no Ensino Médio Politécnico o aluno aprofundará a apropriação e a construção dos conhecimentos que embasam e promovem a inserção social da cidadania

levando sempre em conta as áreas do conhecimento e suas tecnologias junto a seus eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho. De acordo com Kuenzer:

[...] para atender a estas demandas, o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, ao invés de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência. Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio da escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. A partir desta sólida formação geral, dar-se-á a formação profissional, de caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais (KUENZER, 2007, p.1.159).

A relação entre o Ensino Médio e o Ensino Médio Politécnico está na questão que ambos primam pela aprendizagem, no entanto a proposta do Ensino Médio Politécnico vai além da mera educação mediadora uma vez que este ensino está comprometido com a inclusão social e pretende desenvolver uma consciência crítica nos educandos que passam a compreender melhor a realidade e a pensar em novas possibilidades de cunho intelectual para melhoria da sociedade. Assim, entende-se politecnicidade como “A noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 1989, p. 17).

Todo trabalho que se desenvolve na politecnicidade está centrado sobre dois aspectos: o profissional e o curricular, sendo que o aspecto profissional é aquele que envolve as relações sociais e que promove a formação tanto científica quanto tecnológica do aluno visando à transformação social; já no aspecto curricular propõem-se formas inovadoras de estruturar o currículo a partir da prática social e do diálogo entre as áreas do conhecimento que primam pela qualidade das ações pedagógicas. Assim, a quebra de paradigmas acontece e o ensino passa a ser um trabalho em equipe sendo que os alunos que são os autores do mesmo interagem com o coletivo para assim formarem sua educação comprometida tanto com os conhecimentos científicos e tecnológicos como também com aqueles de cunho cidadão e social.

No entanto, a concepção de politecnicidade está sendo tratada, por alguns autores como um conceito que teria sido construído por Marx, cabendo hoje sua popularização e implementação. Esses parecem acreditar na existência de uma concepção de educação politécnica e formação humana. Gaudêncio Frigotto, um dos autores mais preocupados com a

apropriação do conceito de politecnia, estabelece uma das mais sucintas enunciações. Para o pesquisador: “os elementos básicos e indissociáveis do conceito de politecnia, basicamente, são: (a) a concepção de homem omnilateral; (b) o trabalho produtivo e a articulação entre trabalho manual e intelectual; (c) as bases científico-técnicas comuns da produção industrial”. (FRIGOTTO, 1991).

A perspectiva de Frigotto é perfeitamente condizente com outras enunciações sobre politecnia, embora comportem algumas nuances proporcionais para cada pesquisador, a partir de suas problemáticas e perspectivas. O que a concepção politécnica de educação propõe é a busca e a construção de um processo de conhecimento virtualmente capaz de, partir da especificidade, dar conta da totalidade concreta relativa à área em questão. A contribuição de Acácia Kuenzer, no que diz respeito à dimensão utópica da concepção de educação politécnica, tem o mérito de explicitar a necessidade de apropriação do saber socialmente produzido. Kuenzer explicita um dos objetivos gerais da politecnia: “Apesar da simplificação do processo produtivo pelo avanço científico e tecnológico, o trabalhador aponta a aquisição do conteúdo do trabalho como fundamental para construção de seu projeto hegemônico” (KUENZER, 1988, p. 98).

Assim como a autora constrói suas contribuições a partir de uma problemática que incorpora o conceito de luta hegemônica e as demandas dos trabalhadores, esta tem a coragem de pôr a relação entre saber e poder no “chão da fábrica”. Retirar da concepção politécnica de educação seu claro sentido de classe trabalhadora é destruí-lo, transformá-lo; é entender que a polivalência demandada pelo sistema produtivo é igual a esse horizonte educacional que vem sendo construído no Brasil, conforme afirma Frigotto: “a concepção de ensino e formação politécnica é, antes de tudo, uma crítica radical ao projeto excludente, elitista e diferenciador do ensino e da formação, desenvolvido na sociedade capitalista (FRIGOTTO, 1991, P. 270)”.

Torna-se clara a necessidade de encarar a politecnia enquanto um método de se pensar a formação humana. Frigotto oferece diversas e importantes pistas para a composição da dimensão pedagógica da concepção de educação politécnica, destacando que “Trata-se de uma escola cujo conteúdo se elabora tendo como ponto de partida a própria experiência e realidade da classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 1985, p. 189).

Uma das características fundamentais da educação com horizonte politécnico é romper com a lógica que estrutura os sistemas duais de ensino. Para os trabalhadores, instrução profissional, enquanto que, para as classes dominantes, um ensino científico. Segundo Saviani, o que a ideia de politecnia tenta introduzir é a compreensão desse fenômeno, a capacitação da contradição que marca a sociedade capitalista (SAVIANI, 1989, p.15).

Contradição entre concepção e execução, entre trabalho manual e trabalho intelectual, consubstancialmente na dualidade do sistema educacional. Assim, Saviani entende que a escola politécnica é necessariamente uma escola única. Para Lucília Machado, a concepção politécnica de educação:

Pressupõe também a redefinição da chamada cultura geral, acadêmica, genérica e alheia aos processos fundamentais de vida social [...] Não se trata de aumentar mecanicamente o volume dos conhecimentos, mas redefinir os métodos da abordagem, os quais demandam que o processo acadêmico inteiro esteja ordenado de forma apropriada. (MACHADO, 1990, p. 60)

A dimensão pedagógica da concepção de educação politécnica busca revelar aqueles aspectos que possam contribuir na mediação da perspectiva mais ampla de politecnicidade perpassando toda a sociedade e, em particular, o mundo do trabalho e a práxis escolar. Essa mediação pode ser vivenciada, através dos métodos de trabalho didático-pedagógicos, a organização escolar, estratégias que busquem construir relações concretas entre o chão-da-escola e o chão-de-fábrica. Essa dimensão explícita, portanto, uma perspectiva da politecnicidade, que dá ênfase à instituição escolar. Importante abordar como o Ensino Médio Politécnico pode promover a cidadania, conceituando cidadania.

2.3 Ensino Médio Politécnico como promotor da cidadania

Diante da condição de pobreza e desigualdade social que encontramos hoje na realidade brasileira, fica evidente a demanda por uma escola pública que prepare efetivamente o indivíduo para o confronto com a pobreza política, transformando a massa de manobra em cidadãos combativos, atribuindo à cidadania capacidade estratégica, com vistas à intervenção de modo alternativo. Na visão de Demo, em termos associativos democráticos, caberia à educação:

- a) Fomento da consciência crítica, à medida que emerge o saber pensar, o aluno pode ser levado a aprender a questionar, argumentar, fundamentar, contrapor-se, reconstruir conhecimento com alguma autonomia, duvidar da ordem vigente e coloca-la em xeque; superando-se o instrucionismo, o aluno pode atingir níveis de indagação criativa, vislumbrando cenários divergentes, deixando para trás a visão subalterna de que a realidade é aquela imposta pela elite, imutável; consciência crítica significa que se está nas mãos dos outros, para atinar para o fato de que somos pobres injustamente e que isso pode ser mudado;
- b) Fomento à cidadania organizada, para que o confronto seja arquitetado de modo competente; a cidadania individual já é importante, mas decisiva é a coletiva, pois é esta que propriamente faz

história; é preciso ir além da consciência crítica, no sentido de chegar ao ponto de associar a consciência crítica; o associativismo tem essa face nítida-organizar as consciências críticas, para que, juntas, possam realizar confronto com chances de vitória;

- c) Fomento à intervenção alternativa, passando da teoria à prática, ou seja, montagem de uma nova práxis; essa práxis significa, em primeiro lugar, a capacidade de controle democrático, monitoramento de perto Estado e mercado, para que prevaleça o bem comum [...] Os poderosos já não podem fazer o bem entendem, não podem, sobretudo persistir nas estratégias de imbecilização, popular porque a população sabe pensar (DEMO, 2002^a, pp. 361-362)

A escola que temos hoje parece estar na contramão dessa perspectiva de educação, uma vez que não consegue lidar adequadamente com habilidades do aprender a ser, a aprender, a pensar, a compreender, a pensar a compreender a se organizar e a mudar; ou seja, com os aspectos humanos, éticos, democráticos, formais e políticos da aprendizagem. O manejo deficiente da aprendizagem, principalmente na escola pública, tem colocado em risco a cidadania de alunos e professores. Demo (2001 a 1994) destaca que a cidadania indica a essencialidade da competência humana para compreender seus problemas e gerar soluções, sempre na condição de sujeito. O autor discute cidadania à luz de três visões diferentes: a cidadania tutelada, aquela voltada exclusivamente para o mercado, produzindo atrelamento severo e apostando na ignorância das pessoas. Na verdade, percebe que os termos são contraditórios uma vez que cidadania significa sempre libertação da tutela, apontando para a gestação da capacidade de autonomia, mas o que acaba ocorrendo é a troca da cidadania falseada porque é destruída na própria tutela; a cidadania assistida, onde já é possível perceber a noção de direito, no entanto, este direito é passado para o Estado e seus agentes, revidando outra forma de dependência, geralmente tão severa quanto a anterior. A cidadania assistida é insuficiente e contraditória porque limita o sentido de alternativa a pedir ajuda, abandonando a outra face muito mais relevante, que é de saber dispensar a ajuda. É uma cidadania problemática porque geralmente trata a pessoa como beneficiária, não como cidadã, atrelando-a a auxílios estatais residuais e intermitentes. Por último, o autor refere-se à cidadania emancipada, aquela cidadania, fruto de uma organização coletiva e de um povo que sabe pensar e que é capaz de criar história própria.

Demo (200b) compreende o cidadão emancipado como aquele que não chega ao mercado suplicando assistência, mas pretendendo seus direitos; sabe, de um lado, que no capitalismo o mercado acaba sempre se sobrepondo aos direitos, mas sabe também que não pode aceitar isso sem mais. Esta condição de não aceitação não pode se limitar apenas no

simples ato de reclamar ou denunciar, mas buscar alternar a situação por meio de organização coletiva. A educação tem lugar estratégico na formação deste cidadão emancipado uma vez que são os processos educativos permanentes que alimentam esta cidadania e tende a preencher o papel mais estratégico na política social.

O tema cidadania é precioso e relevante, tanto que foi incorporado dentre o rol dos direitos elencados na nossa Constituição de 1988, sendo um princípio presente na Carta Magna como fundamento da República Federativa do Brasil, que se pretende um Estado democrático de Direito, conforme se pode observar da transição da nossa Lei maior abaixo:

Dos princípios Fundamentais

Art 1º “A República Federativa do Brasil”, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I- a Soberania,
- II- a cidadania,
- III- a dignidade da pessoa humana,
- IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa,
- V- o pluralismo político” (MORAES, 2001, p. 16).

No dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, o termo cidadania é definido como “a qualidade ou estado de um cidadão”, que por sua vez é definido como o “indivíduo no gozo dos direitos civis ou políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”. Além disso, a palavra cidadania, assim como cidade, se originou da palavra latina *civitatem*; por sua vez, *civitatem* é tradução latina da palavra grega *polis*. A exploração de sentido original destas palavras pode ser um bom início para a reflexão acerca das ideias e práticas da cidadania.

A expressão “direitos humanos”, por sua vez, pode-se dizer que é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida social. Todos os indivíduos devem ter assegurados, desde o seu nascimento, as condições básicas para se tornarem úteis à comunidade, como também devem ter possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade proporciona. Tais direitos humanos correspondem às necessidades essenciais dos seres humanos. Necessidades estas que são iguais para todos e que devem ser atendidas.

Portanto, a vida é um direito humano fundamental, porque sem ela a pessoa não tem assegurada a sua existência, Entretanto, pode-se elencar outros direitos humanos tais como: direito à alimentação, à saúde, à moradia e a terra, à educação, à liberdade, à igualdade de direitos e oportunidades, ao trabalho em condições justas, ao meio ambiente sadio, de

participação no governo, de recebimento de serviços públicos, de proteção aos seus direitos, dentre outros que foram conquistados.

Ser um cidadão contemporâneo, entre outras questões, é ter direitos e deveres. Direito à vida, à liberdade, à igualdade. É também poder participar do destino da sociedade, votar e ser votado, ter direito à saúde, à educação, ao trabalho, a um salário justo e envelhecer com dignidade. Ter direitos civis, políticos e sociais é ser um cidadão? Ser cidadão no Brasil é diferente de ser cidadão em outra parte do mundo. E isso não apenas por direito territorial ou de sangue, mas por direitos conquistados historicamente, com as especificidades e distinções que os mesmos assumem em cada nação e em cada época.

A cidadania é constituída em cada momento histórico no qual os indivíduos estabelecem em coletividade, por meio de Leis. O Estado se faz presente, pois a cidadania não é natural aos homens, ela é propiciada por Leis. Assim, em cada momento da história, a cidadania se apresenta de formas diferenciadas, dependendo de quão democrático é o período vivenciado. As relações existentes entre o cidadão e o Estado é que definem o tipo de cidadania que passa a existir, de acordo com o respeito que possa ser dado a direitos e deveres.

O termo cidadania remete, inevitavelmente, à cidadania grega, quando os cidadãos atenienses, reunidos em praça pública, exerciam democraticamente seus direitos acerca das leis e elegiam seus administradores. Na Grécia, vê-se o nascimento da *polis*, o que provocou grandes alterações na vida social. Ela fez-se pela autonomia da palavra humana por meio da discussão e da argumentação. Na Grécia antiga, os cidadãos eram todos homens livres, capazes de decidir os destinos do povo, devotar em praça pública. Desse grupo, porém, estavam excluídas as mulheres, as crianças e os escravos.

Na perspectiva de T. H. Marshall (1967), a cidadania foi sempre uma luta histórica pela conquista de direitos. Primeiramente, os civis; depois, os políticos e, por último, os sociais. Para Pedro Demo cidadania é “[...] assim, a raiz dos direitos humanos, [...] competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria, coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p. 3,1). A instalação da ordem humana dá origem ao cidadão da *polis*, condição inexistente na comunidade tribal. A política adquire sentido no contexto da vida da cidade. Ser cidadão é participar do destino da cidade, fazendo uso da palavra. Neste momento, cidadania tem como sinônimo a participação política.

A educação precisa ter como finalidade o desenvolvimento das capacidades humanas, para ajudar na transformação desta realidade que aí está e que foi. Que pessoas são estas que passam, neste momento, pelo processo educacional, pela educação politécnica: são solidárias,

críticas ou repetidoras de modelos impostos? Que concepções de cidadania têm-se hoje? Quais são os princípios defendidos pela escola? Boff, numa tentativa de classificação, nos auxilia nesta discussão, pois se refere a uma “cidadania seletiva” que:

Debilita e reduz a cidadania nacional, quer dizer, a autonomia do próprio país. Internamente reforça uma cidadania seletiva para aqueles setores beneficiados pela modernização (...) esse modelo favorece uma cultura reducionista, baseada numa visão encurtada da vida, consumista, exaltando o individualismo, magnificando o mais esperto, considerando o mais competente, enaltecendo o espírito competitivo e enfraquecendo os ideais de cooperação, de solidariedade e de compaixão com os destituídos sociais (BOFF, 2000, p.61-62).

O segundo modelo é chamado de “cidadania menor”, que compreende dizer,

Será uma cidadania político-participativa para os segmentos incorporados na produção, mas não será econômico-produtiva, pois trabalhadores continuarão sendo explorados. Portanto, terão uma cidadania de segunda classe, esporádica, às vezes expressa em grandes manifestações públicas mas sem consequências reais. (BOFF, 2000, p.66).

O terceiro modelo é chamado de “cidadania plena”:

Nele fica clara a vontade de soberania nacional e o tipo diferente de cidadania política, econômica, participativa, solidária e popular. Será uma cidadania cotidiana, plantada no funcionamento dos movimentos sociais e, por isso, em contínuo exercício (BOFF, 2000, p.73).

Assim, há necessidade de se construir diálogos baseados na igualdade, na democracia, na autonomia e na liberdade, o que torna o seu conceito muito mais complexo. Está relacionada à vida dos indivíduos, que através de lutas, de trabalho e autonomia constroem a sua história de forma prática, pois:

A formação da cidadania supõe a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir e também, é claro de submeter à crítica os valores, as normas e os direitos morais pertencentes a indivíduos, a grupos e a comunidade, inclusive os seus próprios. Sem uma prática efetiva de autonomia por parte do sujeito moral, não há possibilidades alguma de construção de uma moralidade autônoma (GENTILI, 2000, p. 154-155).

A Constituição Federal de 1988 deixa claro em seu artigo 205 que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entendida, desse modo, a educação brasileira não pode e não deve estar de costas para o futuro, mas sim deve ser constantemente

promovida e incentivada, ou seja, são as ações promovidas pelas políticas públicas que através de seu gestor agem diretamente e passam a influenciar a vida dos cidadãos.

É importante registrar que foi com a constituição de 1988 que se procurou reunir algumas das reivindicações da sociedade mostrando alguns avanços como a ampliação das liberdades individuais e restrição ao poder das Forças Armadas. Sendo que na área da educação, já se discutia uma nova lei de Diretrizes e Bases para a educação Nacional (XAVIER, RIBEIRO, NORONHA, 1994). Desde muito cedo se prima pelo direito a uma educação livre de rótulos, mas repleta de desenvolvimento humano mesmo que se tenha claro que junto a ele existe uma ordem educacional a qual é regida pelas políticas públicas as quais afetam a vida cotidiana do ser humano em pleno desenvolvimento.

A compreensão e a definição da educação como direito humano e social, na forma explicitada pelo artigo 205, inclui os propósitos e os desafios postos pela sociedade no texto constitucional. Essa perspectiva de direito ganha visibilidade na definição dos princípios norteadores que fundamentam o ensino, na indicação de como o Estado cumpre o seu dever para garantir o direito à educação e no traçado das linhas gerais para efetivação desse direito.

Assim, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9394/96, pode-se visualizar o avanço nos direitos básicos da população no seu conjunto, do mesmo modo que define as políticas públicas e sociais de modo particular para a política educacional. Constata-se que com essas definições o ensino passa a ganhar relevância e seus direitos ficam explícitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9394/96, em seu art. 2º a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É nesta concepção de educação e trabalho que a educação para o mundo do trabalho requer uma prática social que seja mediadora do processo de produção de saberes que sejam apropriados para o mundo emergente do trabalho.

Desta forma, precisa formar cidadãos com produções que transformem a sociedade e que não seja desvinculada das evoluções tecnológicas, pois como já dizia Nóvoa (1999, p.2) “estimular as crianças a aprender a estudar e pensar também a aprender a comunicar e viver em conjunto [...] a escola é a melhor instituição que pode cumprir esta tarefa, talvez a única”.

Por este horizonte, cada vez mais se pode dizer que o Ensino Médio Politécnico com o olhar voltado ao desenvolvimento de uma educação cidadã, visa estimular seus alunos a apreenderem seus conhecimentos e a desenvolverem-se num sistema produtivo que ofereça

aos jovens a capacidade de aprender os processos técnicos quanto desenvolver suas relações sociais já que eles estarão inseridos em uma formação humana que produz riquezas intelectuais aplicáveis ao mercado de trabalho.

Dentro deste contexto, pensar na organização da educação na atual conjuntura é visualizá-la como se ela estivesse em um espiral no qual os acontecimentos se dão sucessivamente em movimento no qual não existe um segmento mais importante que o outro e sim, a união desses faz com que a educação se organize.

A ideia de que o exercício da cidadania depende da capacidade de organização e de mobilização dos sujeitos, imbuídos de uma visão de futuro e de uma corresponsabilidade em relação aos seus rumos, é complementada por uma forma de expressar como personalidades autônomas e críticas e de romper com as estruturas de opressão. Dessa forma, a noção de cidadania abrange os sentidos de emancipação e de autonomia desses sujeitos que, por meio da auto compreensão, tem a chance de se transformar em cidadãos ativos, críticos no meio social.

Para Morin (2002b) a educação deve contribuir para a auto formação da pessoa; ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver e ensinar como se tornar cidadão. A educação deverá ensinar sobre as cegueiras do conhecimento, que incute erro e ilusão; ensinar os princípios do conhecimento pertinente e toda a sua complexidade; ensinar a condição humana; a identidade terrena; ensinar também a necessidade de enfrentar as incertezas; a compreensão e a ética do gênero humano, incluindo a compreensão da complexidade relação sociedade-indivíduo e da democracia.

Tanto para Freire (2005; 2006) como Morin (2000) acreditam que a educação precisa priorizar a formação humana, compreendendo suas relações com o mundo, com os outros e com os problemas da realidade que o cerca. A educação democrática plena não encontrará espaço em contexto onde o homem não é respeitado enquanto pessoa que pensa que sente e que participa. Sem cidadania plena não há democracia, mas para que haja cidadania plena precisaremos compreender que democracia mudou, assim como o próprio direito de ter direitos, tornando evidente a necessidade de se avançar na democracia econômica e na democracia social Morin (2000). Já Freire (2003), destaca que uma educação democrática não pode se realizar a parte de uma educação da cidadania e para ela.

Demo destaca que:

O cidadão, para não ser vítima, precisa organizar-se defender-se em nome de seus direitos, e construir uma sociedade que funciona por regras de jogo democráticas.

[...] A capacidade de controlar o Estado e a economia é uma dimensão insubstituível da cidadania, o que coloca, para ser competente, a necessidade de organização da sociedade civil (DEMO, 2001b, p. 34).

No contexto neoliberal percebe-se que ocorreu uma mudança da política de universalização para uma política de focalização, que passou a focalizar mais os pobres em detrimento da conquista dos direitos. Portanto, é preciso repensar a cidadania, é preciso desenvolver estratégias para que a população mais atacada nos seus direitos possa ser autora de sua própria inclusão social. Possa dominar os conhecimentos necessários para conquistar sua emancipação. Após analisar vários conceitos de cidadania, define cidadania como “relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações”. Entretanto, destaca que o povo precisa sempre lutar para ampliar seus direitos, principalmente pelo fato de que certos direitos acabam beneficiando alguns grupos em detrimento de outros (VIEIRA, 2001, p. 36).

2.4 Ensino Médio Politécnico e o educando: possibilidades de inserção no mundo do trabalho

A educação básica sempre foi voltada, principalmente, para a formação social do indivíduo, para instruí-lo a aprender a ler, escrever, adquirir conhecimentos, ou seja, formar o intelecto. A partir das transformações que foram ocorrendo, principalmente no setor industrial, foi surgindo uma nova realidade, que desencadeou no sistema capitalista e globalizado que hoje vivenciamos. E esse novo contexto ocasionou um processo educacional escolar direcionado a uma formação que não só prepara o jovem para o social, cultural ou ingresso no curso de ensino superior, mas, também voltada ao mundo do trabalho, pois, de acordo com Santos (2002), “[...] a ênfase conferida ao campo educacional passa a ser vinculada às supostas exigências do mundo produtivo”.

O mundo do trabalho se apresenta muito competitivo, exigindo cada vez mais qualificação do jovem, obrigando-o a busca constante de atualização em seu currículo, pois o desemprego é uma realidade constante, e mais ainda para quem não possui preparo para este mundo trabalhista, pois Antunes (2007), afirma que é grande o número de jovens desempregados e que sem possibilidades de emprego, aumentam as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho.

Nesse contexto, encontram-se os jovens estudantes tentando fugir de tornar-se mais um protagonista no quadro de desemprego instalado na nossa realidade, como afirma Antunes:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, o ensino quase por sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (2007, P. 19).

Questiona-se em que momento o jovem tem a possibilidade de se inserir no mundo do trabalho, e neste espaço fazer a diferença enquanto trabalhador e indivíduo social que pertence a um meio coletivo? Em primeiro lugar, o jovem do ensino médio politécnico tem em suas mãos o acesso ao conhecimento científico e ao tecnológico que lhe possibilita ingressar no mercado do trabalho dominando as exigências do mesmo; em segundo lugar, este mesmo jovem forma relações sociais em diversos espaços da sociedade, entre eles a escola, que é a responsável pela promoção do debate, da troca de ideias e da fomentação de novos saberes.

No entanto, é visível a preocupação destes educandos com sua inserção digna no mundo do trabalho, já que nesta fase da vida o jovem ressignifica ações e atitudes cotidianas na relação com outros jovens e com a escola. Mais uma vez, a instituição escola desempenha um papel crucial na vida deste jovem educando, pois possibilita a ele vivenciar experiências gratificantes e questioná-las.

Por isso, diz-se que o Ensino Médio Politécnico está proporcionando aos jovens não apenas ouvirem, mas serem ouvidos, tanto na escola quanto na sociedade. Cada vez mais o educando demonstra maturidade diante dos fatos da vida e daqueles gerados no mundo do trabalho. A cada dia, o jovem está sendo motivo de novas pesquisas e do aparecimento de novas questões acerca da presença deles nos contextos sociais. E, como já se viu a tríade entre educação intelectual, educação do corpo e educação tecnológica acaba formando o conceito mais específico de politecnicidade uma vez que passa a entender a formação humana destes jovens.

O jovem de hoje busca no mercado de trabalho a realização de seus conhecimentos, pois é neste espaço que ele coloca em prática as teorias dialogadas na escola e passa a dar vida a elas no espaço de trabalho que a cada novo dia possui mais e mais jovens inseridos. Conforme Nosella,

Do ensino quase puramente dogmático (infantil e fundamental), quando a memória desempenha grande papel, passa-se à fase criativa ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina do estudo imposta e controlada autoritariamente passa-se à fase do estudo ou de trabalho profissional onde a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente sem limites. (NOSELLA, 2009).

Assim, o jovem educando vê-se diante de um leque de possibilidades onde a autonomia sobre seus atos determinam sua perspectiva de crescimento tanto social quanto no mundo do trabalho ao qual agrega os conhecimentos científicos e tecnológicos apreendidos no ensino médio politécnico. No que se refere ao papel do educando diante deste mundo vasto de possibilidades pode-se dizer que ele passa a receber uma formação integral fundamentada em uma prática que associe suas capacidades intelectuais aos seus talentos, para que consiga não apenas estar no mundo do trabalho e sim fazer a diferença nele de maneira a aproveitar cada nova experiência vivida neste novo espaço social conquistado pelo jovem educando.

2.5 O sentido do trabalho como princípio educativo na educação politécnica

Conforme parecer do CNE/CEB n.5/2011 estão enunciadas às justificativas para elaboração de novas diretrizes curriculares para o ensino médio e dizem respeito a mudanças recentes na legislação e políticas educacionais, tais como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Profissionais da Educação (FUNDEB) e a ampliação da obrigatoriedade da escolarização, resultante da emenda constitucional n. 59, de novembro de 2009. Também são explicitados outros motivos, e ancoram-se nas.

Novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da implantação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das relações do mundo do trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional. (Brasil, 2011, p.1)

Outra razão apontada e que merece destaque diz respeito ao conhecimento das necessidades que os jovens têm sinalizado com relação à escola.

Às análises se tornam produtivas à medida que enfoquem a relação entre sujeitos e a escola no âmbito, de um quadro mais amplo, considerando as transformações sociais em curso. Essas transformações produzindo sujeitos com estilo de vida, valores e práticas sociais que os tornam muito mais distintos das gerações anteriores. Entender tal processo é relevante para a compreensão das dificuldades hoje constatadas nas relações entre os jovens e a escola. (BRASIL, 2011, p.13)

O parecer CNE/CEB n. 5/2011 (BRASIL, 2011) parte do conhecimento de que as novas diretrizes para o ensino médio estão ancoradas na necessidade de conferir outra dinâmica a essa etapa da educação básica e de buscar novas formas de organização do currículo com vistas à ressignificação dos saberes escolares para que sejam capazes de

conferir qualidade e ampliar a permanência dos jovens na escola. Nesse sentido, o texto normativo traz um conjunto de argumentações que buscam qualificar e contextualizar suas proposições: a educação como direito social, o ensino médio noturno, da educação de jovens e adultos, dos quilombolas, indígenas e do campo, dos estudantes da educação especial estão entre os argumentos que explicam as propostas para a organização curricular segundo essas diretrizes.

A qualidade social da educação brasileira é uma conquista a ser construída coletivamente de forma negociada, pois significa algo que concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os sujeitos que nela atuam direta e indiretamente. Significa compreender que a educação é um processo de produção e socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Produzir e socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe encontrar alternativas políticas, administrativas e pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso do indivíduo no sistema escolar, não apenas pela redução da evasão, da repetência e da distorção idade/ano/série, mas também pelo aprendizado efetivo. (BRASIL, 2011, p. 10)

Os pressupostos e fundamentos para o ensino médio considerado de qualidade social e que atenda às finalidades destacadas acima estão o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como dimensões da formação humana.

O trabalho é conceituado, na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da existência. Essa dimensão do trabalho é, assim, o ponto de participação para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais. (BRASIL, 2011, p. 19)

Em decorrência dessa compreensão de trabalho, é estabelecida uma concepção de ciência :

A ciência, portanto, que pode ser conceituada como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade, se expressa na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade [...] a ciência confirma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

O texto legal explicita em que termos devem ser entendidos a tecnologia como dimensão da formação humana, entrelaçados aos conceitos de trabalho e de ciência.

A extensão das capacidades humanas, mediante a apropriação de conhecimentos como força produtiva, sistematiza o conceito de tecnologia aqui expresso. Pode ser conceituada como transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada desde sua origem pelas relações sociais que levaram a ser produzida. O desenvolvimento da tecnologia visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. A partir do nascimento da ciência, moderna, pode-se definir a tecnologia, então como mediação entre conhecimento científico e produção. (BRASIL, 2011, p. 20)

Com a mesma finalidade é explicitada a compreensão que se deve ter de cultura:

Entende-se cultura como o resultado do esforço coletivo tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Por essa perspectiva, a cultura deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado possível, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada.

Nomear trabalho, cultura, ciência e tecnologia como centro das propostas curriculares para o ensino médio exige mais do que a busca pelos significados de cada um dos elementos que o compõem, e ultrapassa o sentido de justificá-los ou legitimá-los no discurso sobre o currículo.

Articulada ao eixo trabalho, ciência, tecnologia e cultura está a afirmação do trabalho como princípio educativo, orientação esta presente nas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (BRASIL, 2011, 2012). Essas orientações se baseiam na perspectiva de se tornar o trabalho como princípio educativo na medida em que os conteúdos e os métodos educativos estejam interessados em reconquistar, ou ainda, reconstruir a ideia de uma classe social excluída da sociedade capitalista pela exploração do trabalho.

A vida na sociedade, na verdade é um resultado da totalidade do trabalho nos diferentes ramos de profissão, e mesmo que a divisão do trabalho funcione mal sob o modo de produção capitalista, os seus ramos, e dentre eles a ciência, não podem ser vistos como autônomos e independentes. Estes constituem apenas particularizações da maneira como a sociedade se defronta com a natureza e se mantém nas formas dadas. Portanto, são momentos do processo de produção social, mesmo que, propriamente falando, sejam pouco produtivos ou até improdutivos.

É possível compreender com base nessa referência, que o papel do eixo “trabalho, ciência, tecnologia e cultura” é sua combinação teórica e prática. Trabalho, ciência, tecnologia e cultura combinadas estruturam o que o texto das diretrizes para o ensino médio propõe para uma “formação integral do cidadão”. O “ser cidadão”, nesse sentido, é o que se espera enquanto realização humana, por meio da articulação dos elementos ciência, tecnologia, cultura e trabalho ao processo formativo. Cidadão, nos termos desse documento, seria aquele que por meio da relação entre conhecimentos humanistas e tecnológicos alcançaria “o efetivo exercício da cidadania”. Nesse sentido, é importante diferenciar “formação pelo trabalho” de “formação para o trabalho”.

Segundo Marx e Engels, em praticamente todas as suas obras, insistiram quanto a necessária articulação entre trabalho produtivo e formação intelectual, entendendo que esta relação deveria ser aberta a todos os educandos, e não somente aos filhos dos trabalhadores. Parece haver um consenso de que essa análise marxista expressa que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas”, no sentido de que “apenas o ser humano trabalha e educa”. (SAVIANA, 2007, p.152). Mas essa relação entre trabalho e educação, teoricamente, é tratada por Marx e Engels como um modo de ser do homem, como meio de produzir sua própria existência. Expressavam com isso que, diferentemente dos animais, que não mais fazem do que se adaptar à natureza, os homens é que a ajustavam e a transformavam adequando-a, às suas necessidades humanas é o que conhecemos pelo nome de trabalho.

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. Mas o sentido marxista de *essência humana* não é o da metafísica: como o conjunto das propriedades imutáveis e eternas do homem, como o conjunto das propriedades imutáveis e eternas do homem, como algo dado ao homem, uma dádiva divina ou natural. Pelo contrário, a essência humana é característica fundamental dos homens, sendo esta produzida, pelos próprios homens. O que o homem é, o é pelo trabalho. Essa essência é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo de tempo: é um processo histórico.

Marx e Engels defenderam efetivamente a inserção dos educandos na produção e não na perspectiva de a escola recriar, imitativamente, o mundo do trabalho. Marx recomenda que a instrução das crianças devesse ser iniciada antes dos nove anos, considerando as reais condições de vida dos operários. A utilização da mão de obra do trabalho infantil era uma prática usual, pressupunham a articulação do ensino com o trabalho remunerado, com os exercícios corporais e a aprendizagem politécnica. Nessa educação era incluída formação geral e formação científica necessária à compreensão de todo o processo de produção e, ao

mesmo tempo, iniciar as crianças e jovens no manejo das ferramentas dos diversos ramos da indústria (MARX, 1982, p. 13).

A educação dos jovens deveria ser dada dos nove aos 18 anos, cobrindo a formação intelectual, corporal e politécnica, sendo as escolas politécnicas mantidas, em parte, com a venda de seus próprios produtos. Defendia-se, pois que “Esta combinação do trabalho produtivo pago com a educação mental, os exercícios corporais e a aprendizagem politécnica, elevará a classe operária bem acima do nível das classes burguesas e aristocrática”. (MARX; ENGELS, 1983, p. 60).

A exploração dos saberes e conhecimentos técnicos dos trabalhadores deram-se, pela crescente introdução da divisão do trabalho na produção, culminando com a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, resultado da separação dos trabalhadores, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas e, enfim dos próprios produtos produzidos, segundo Marx e Engels. A revolução era para eles o caminho para a superação das condições de vida e exploração do trabalho pelo capital, com a superação da estrutura de classes burguesa e de uma divisão social e técnica do trabalho que separa e aliena o trabalhador dos meios, processos e resultados da produção.

Pensar o trabalho como princípio educativo é pensar a realidade na perspectiva do seu desenvolvimento que envolve as questões sociais, culturais, ambientais, éticas, políticas e econômicas que estão vinculadas ao repensar o mundo do trabalho pelo viés das múltiplas dimensões que estão relacionadas à vida futura do educando. Figaro acrescenta que:

O mundo do trabalho é um conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades (FIGARO, 2009, p.92).

Ainda, para ilustrar a importância deste princípio educativo, a concepção de educação está centrada na formação integral do educando sendo o mundo do trabalho o universo a ser desvendado. Assim,

Uma educação com o foco no mundo do trabalho visa fomentar percursos discentes na direção de uma inserção crítica propositiva e não subordinada no mercado de trabalho, por meio da formação cidadã e técnica. Isso pressupõe a apropriação dos fundamentos da ciência, da tecnologia, do trabalho e da cultura como etapa

imprescindível para o aprofundamento de sua consciência cidadã, possibilitando que atuem criticamente como sujeitos sociais nos contextos em que habita técnica e cientificamente munidos para o exercício da cidadania [...] (AZEVEDO, 2013, p.35).

Com isso, percebe-se que a escolha profissional do educando pode não ser definitiva visto que este mercado é complexo, o educando possui pouca vivência, devido sua juventude. Então, o Ensino Médio Politécnico assume papel importante na vida deste jovem que compreende que sua atuação no mercado de trabalho precisa ser vista do conjunto da sociedade e não a partir de seu ponto individual de concepção. Compreender o trabalho como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram a sua sobrevivência implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizam a convivência, transformam a natureza constroem a sociedade, fazem história.

O trabalho como princípio educativo, implica em compreender as necessidades de formação de trabalhadores que caracterizam as diversas formas de organização, de gestão da vida social, da vida produtiva de cada época, reconhecendo que as práticas e projetos pedagógicos de cada época determinam as necessidades educativas pelas formas de organização, produção e vida em sociedade.

As formas tayloristas/fordistas de organização da vida produtiva e social demandavam uma pedagogia fundada pela repetição e memorização, de conhecimentos fragmentados. Os processos de trabalho eram tecnologicamente pouco dinâmicos e pouco complexos; a rigidez e a estabilidade eram a norma e a vida produtiva e social tinham regras claras. A capacidade de se fazer se sobrepunha ao trabalho intelectual.

Tanto o trabalho quanto a vida social se modificam, com o advento da microeletrônica passando a ser regidos pela instabilidade e pela dinamicidade a partir da produção em ciência e tecnologia. A capacidade de fazer passa a ser substituída pela intelectualização das competências, que demanda raciocínio lógico formal, flexibilidade para mudar, capacidade de aprender permanentemente. As mudanças no mundo do trabalho trazem novas demandas para a educação, um novo princípio educativo em que o trabalho psicofísico passa a ser substituído pelo trabalho intelectual. Para que esse novo princípio educativo aconteça, a escola é de suma importância, uma vez que sua precípua é ensinar a compreender e a transformar a realidade a partir do domínio da teoria e do método científico. O trabalho intelectualizado e a participação na vida social perpassada pelas novas tecnologias demandam formação escolar sólida,

principalmente para os que vivem do trabalho, para os quais a escola é único espaço possível de relação com o conhecimento sistematizado.

3 CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Opção e concepção de pesquisa

O ser humano sente necessidade de conhecer, de compreender o mundo que o cerca, e busca fazê-lo através de suas capacidades. O conhecimento não nasce no vazio. O homem pode adquirir conhecimento por meio de sensações, da percepção, da imaginação, da memória, da linguagem, do raciocínio e da intuição, como aponta Chizzotti (2001):

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida (CHIZZOTTI, 2001, p. 11).

Há diversas modalidades de conhecimento, que se originam de diferentes fontes: a observação, as experiências acumuladas ao longo da vida, as crenças religiosas, os relacionamentos, as diferentes leituras, são fontes de conhecimento. Ou seja, o conhecimento científico (originado a partir da pesquisa científica) tem seu princípio no senso comum.

A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza. Ainda para Chizzotti (2001) a pesquisa é “transformar o mundo, criar objetos e concepções, encontrar explicações e avançar previsões, trabalhar a natureza e elaborar as suas ações e ideias, são fins subjacentes a todo esforço de pesquisa” (CHIZZOTTI, 2011, p. 11).

Já para Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa é considerada “[...] um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para reconhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 155). Compreende-se aqui, a metodologia a ser desenvolvida no edificar da pesquisa, a fim de assegurar o proposto, mantendo rigor científico.

Nesse sentido, essa pesquisa buscou compreender dentro de outros fatores a construção do caminho metodológico, com vistas à análise de como o Ensino Médio Politécnico pode possibilitar a promoção da cidadania tendo em vista a promoção da educação com o mundo do trabalho articulação entre educação e trabalho presentes na educação politécnica, possibilitando o desenvolvimento de todas as habilidades humanas, dentre as quais se ressalta a importância da preparação do indivíduo para o exercício da cidadania.

Assim cabe ao pesquisador, para alcançar o novo, buscar a necessária inovação e manter um persistente questionamento sistemático crítico e criativo. Fazer ciência pressupõe suscitar questões sempre rigorosas em busca da sistematização do conhecimento.

Buscando compreender a prática docente de forma emancipatória, e considerando a possibilidade de formação integral, a pesquisa desenvolvida foi qualitativa. A pesquisa qualitativa entende a realidade social, entre sujeito e objeto, como aborda Demo (2001) é tarefa insignificante “[...] evitar o efeito reconstrutivo de toda a análise, mas de fazê-lo criticamente, de modo que possa ser sempre questionado abertamente, refeito e rediscutido” (DEMO, 2001, p. 33).

A presente pesquisa trouxe uma abordagem qualitativa, pois, sábia de que denota um recorte histórico, diria até temporal das situações em questão estudadas, definindo o trabalho e a dimensão do mesmo.

Segundo Chizzotti (2001) a pesquisa qualitativa:

[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2011, p. 79).

Desse modo, a pesquisa qualitativa, procura compreender a realidade social, em particular a realidade escolar, como dinâmica interacionista travada entre sujeito e objeto. A temática enredada buscou compreender entre outros fatores a construção do caminho metodológico, com vistas à análise de como o Ensino Médio Politécnico pode possibilitar a promoção da cidadania tendo em vista a promoção da educação com o mundo do trabalho e sua articulação entre educação e trabalho e o processo de aprendizagem do aluno. Busca compreendê-la a partir de um processo que preconiza a interação estabelecida entre educação e trabalho.

Portanto, sua interpretação, teve uma abordagem hermenêutica, justificando-se um pré-conhecimento em relação à temática, de modo, a conferir o assunto junto a outras realidades, visões que acabam por implicar no processo de investigação, como demonstra Ghedin (2004):

A hermenêutica é este esforço humano de compreender a sua própria maneira em que compreende. Ela se processa na direção do sentido que significa a própria

existência humana no mundo. Este horizonte, que não; é imaginário, mas a busca de compreender como o ser humano significa a si próprio e a realidade que se coloca diante dele. O pensar da hermenêutica é uma busca da razão das significações do ser (GHEDIN, 2004, p. 02).

A partir de tais constatações, surgiu a necessidade de construir uma pesquisa relacionada à reforma do Ensino Médio na rede pública de educação do Estado. Tudo isso, devido a decorrentes transformações socioeconômicas, políticas e culturais. A pesquisa está embasada no estudo de autores que discutem essa temática. A presente dissertação teve como pretensão observar e aprofundar os estudos sobre as práticas docentes voltadas a esta modalidade de ensino que firmou de modo a reestruturar todo o sistema até então vigente.

Para Gadamer (2000) de modo preliminar, a hermenêutica é definida como um básico estar em movimento, que constitui sua finitude e historicidade e, desse modo acaba por incluir a sua experiência no mundo, configurando-a como o estudo do ser, da linguagem, senso assim, o ser que pode ser compreendido é linguagem.

Segundo o autor, “a hermenêutica é, muito antes, uma visão fundamental acerca do que significa em geral, o pensar e o conhecer para o homem na vida prática, mesmo se trabalhando com métodos científicos” (GADAMER 2000, p.18-19).

O campo pesquisado fez correspondência a esta modalidade que institui ao Ensino Médio o caráter Politécnico, mais especificamente voltado às práticas docentes e, sua respectiva possibilidade de formação emancipatória, a articulação gerida entre educação, trabalho e formação integral.

Desse modo, tem-se a hermenêutica como um ramo da filosofia que debate com a compreensão humana e a interpretação. O método hermenêutico opera com um conceito de interpretação, servindo exatamente para justificar e dar metodologia de como proceder com a interpretação subjetiva e objetiva. Para tal, recorre a vários modelos que tem vindo para este fim.

Já para Bleicher (1992) “[...] percepção de que as expressões humanas contêm componente significativo, que tem que ser reconhecido como tal, por um sujeito e transposto para o seu próprio sistema de valores e significados” (BLEICHER, 1992, p. 13).

Assim, a hermenêutica propiciou uma profundidade na interpretação do campo do objeto, levando em consideração especialmente a contextualização social e histórica envolta na Politecnia.

3.2 O desenho metodológico da pesquisa

A presente pesquisa tratou-se de uma investigação, explicativo-descritiva, sendo que, a primeira pressupõe como base para a segunda. Caracterizou-se a relação envolta entre o processo de formação integral envolta na modalidade de educação Politécnica.

Para compor o quadro teórico da pesquisa, utilizou-se um estudo bibliográfico, acerca do histórico da politecnia e sua função social; conceituação de politecnia e fundamentos para compreender a prática docente na perspectiva de formação unitária/universal/integral do sujeito. Os referentes dados foram coletados em livros, periódicos, documentos oficiais da Secretaria Estadual da Educação (SEC), documentos eletrônicos e artigos científicos.

Para Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi descrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.183).

Num segundo momento do trabalho foi desenvolvida uma pesquisa descritiva na forma de coleta, análise e interpretação dos dados que expressaram a realidade pesquisada. Buscou-se analisar em que medida a pesquisa realizada na questão da teoria politécnica gerou uma prática docente emancipatória, promotora da cidadania, e conseqüente de como o Ensino Médio Politécnico pode possibilitar a promoção da cidadania tendo em vista a educação: uma ponte possível com o mundo do trabalho, articulação entre educação e trabalho. Segundo Cauduro (2004), a pesquisa descritiva – interpretativa, orienta a descrição e a interpretação dos fenômenos sociais ou educativos, demonstra interesse pelo estudo dos significados e intenções das ações humanas.

3.3 A escolha dos sujeitos e espaços da pesquisa

Quanto à delimitação dos sujeitos da pesquisa, o campo (escola) desenvolvido, foi uma escola de médio porte, possibilitando um alcance da totalidade dos sujeitos envolvidos. A amostra do quadro docente atingiu a expectativa esperada dos professores que atuam no Ensino Médio Politécnico nos turnos da manhã, tarde e noite, bem como, de igual teor a equipe diretiva. No que tange a seleção dos sujeitos foi por amostragem probabilística

(aleatória simples). A amostragem aleatória simples é o tipo de amostragem probabilística mais utilizada. Dá exatidão e eficácia à amostragem, todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra.

Este tipo de amostragem é bastante preciso e apresenta todos os elementos da população com probabilidade conhecida de serem escolhidos para fazer parte da amostra. Assim sendo, foi realizado um convite coletivo para professores que quiseram participar da análise de forma voluntária, em todos os turnos em que são ministradas as aulas para o Ensino Médio politécnico (manhã, tarde e noite) procurando contemplar um total de 15 professores sendo 5 por turno no mínimo. Os educadores que demonstram interesse foram solicitados e organizados para participar da pesquisa.

Quanto aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, foram considerados os princípios de beneficência, não maleficência e justiça. Em relação à beneficência, esta pesquisa está comprometida com o bem de seus sujeitos individuais ou coletivos, reais e potenciais, procurando desta forma prevenir danos e riscos, garantindo a participação dos sujeitos nos resultados benéficos da pesquisa. É válido ressaltar ainda, que os resultados da pesquisa trouxe uma possibilidade de melhoria nas práticas da politecnia no Ensino Médio.

No que faz menção a não maleficência foi firmado o compromisso de não causar danos, tanto físicos e psíquicos, morais e éticos. Supõe a explicitação de medidas de prevenção diante dos riscos e de reparação diante de danos possíveis.

E no que se refere à justiça entendeu-se que a pesquisa tem relevância social e uma destinação humanitária, voltada para a proteção e cuidado das pessoas e do ambiente assegurando a distribuição equitativa dos benefícios entre os sujeitos da pesquisa, sendo particularmente protegidos os sujeitos vulneráveis. Da mesma forma, foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCL) com os sujeitos que leram e assinaram o documento impresso em duas vias, uma via para o colaborador e a outra arquivada pelo pesquisador.

Para a realização do estudo, foram adotados os princípios éticos da pesquisa em seres humanos - beneficência, respeito à dignidade humana e justiça, conforme os preceitos da Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde — Ministério da Saúde, sobre as normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos (BRASIL, 1996).

Ainda quanto a questões éticas da pesquisa, respeito e justiça, foram preservados os dados de identificação dos envolvidos neste estudo, denominando-os de E1, e P1, P2 P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P14 e P15, de forma sucessiva. Os resultados finais serão devolvidos para a apresentação e possível contribuição no âmbito de melhorias na educação.

3.4 A escolha dos instrumentos de coleta e análise de dados

Em relação à coleta de dados, utilizaram-se as técnicas da entrevista e proporcionando uma compreensão de como os docentes contemplam a questão da educação Politécnica em sua atividade prática e formadora. A entrevista foi realizada com os professores que trabalham a nível médio juntamente com a equipe diretiva como professores que são no período de 2015.

A entrevista é considerada um dos instrumentos básicos na captação imediata e corrente da informação desejada, como aborda Triviños (1999):

Que previamente elaborou como roteiro (TRIVIÑOS, 1999, p. 73). [...] a entrevista se constitui em uma estratégia para obter informações frente a frente com o entrevistado o que permite, ao entrevistador, o estabelecimento de um vínculo melhor com o indivíduo e maior profundidade nas perguntas.

Desse modo, compreende-se a entrevista como uma conversação, em que as partes buscam informações para determinadas finalidades. Tendo em vista a temática abordada, a entrevista utilizada será semiestrutura, validando o fato da existência de um roteiro para o início da mesma, não impedindo a inclusão de novos questionamentos pertinentes.

Para Birk (2004), “A entrevista semiestruturada desenrola-se a partir de um esquema básico, mas não é aplicado rigidamente, permitindo adaptações realizadas inclusive no momento da efetivação da entrevista” (BIRK, 2004, p. 79).

Gaskell (2002) utiliza o termo “entrevista qualitativa” para se referir à entrevista com grupo focal e individual. Para o autor as entrevistas são importantes elementos na pesquisa qualitativa, que “pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos” (GASKELL, 2002, p. 65).

Da mesma forma, foi utilizada a técnica de análise de dados qualitativos, permitindo compreender as informações coletadas, tendo presente a teoria abordada no referencial teórico.

Por esta pesquisa ser qualitativa, a análise, no decurso da organização do material coletado esteve presente na construção da problemática de pesquisa, na verificação da pertinência das questões estudadas, nas tabulações das entrevistas, nas análises de documentos e em outras informações que forem pertinentes e que farão parte da coleta de dados. Segundo

Lüdke e André (2004) a organização do material coletado para a análise qualitativa é dividida em dois momentos:

A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado (LÜDKE e ANDRÉ, 2004, p. 45).

Inicialmente ocorreu a aproximação de forma empírica com os sujeitos da pesquisa na constituição e na coleta dos dados. Em seguida, acontece o término da coleta de dados e a construção de um conjunto de categorias descritivas, que auxiliarão no agrupamento de ideias e conceitos que se articulam proporcionando uma compreensão acerca das questões de pesquisa.

Portanto, para que essa análise se concretize de forma segura, é necessário que atenda aos critérios de credibilidade e de forma consequente validade e fidedignidade, sendo baseada em fontes e documentos válidos e com credibilidade. Para Molina (1999) a fidelidade nos dados coletados e analisados é que garantem a credibilidade da interpretação feita pelo pesquisador.

Para que a pesquisa atenda aos critérios de credibilidade, validade e fidedignidade foram necessárias que seu desenvolvimento seja baseado em fontes e documentos válidos atendendo assim, com precisão nos resultados finais.

Os documentos, dados dos sujeitos e termos de consentimento livre e esclarecido, oriundos da pesquisa, serão guardados pelo pesquisador por um período de cinco anos, após, serão incinerados.

3.5 O espaço da pesquisa

A pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2015. O local em uma Escola Estadual de Ensino Médio do município de Frederico Westphalen/RS.

A escola situa-se na região urbana da cidade, mais especificamente próxima ao centro.

Na referida escola há um total de 62 docentes. Para esta pesquisa, houve participação de 15 deles, em que 10 docentes participantes são mulheres e 5 docentes homens, sendo que desse total de docentes participantes total de (15), 1 é doutor, 3 são mestres e 11 especialistas, o que denota a busca por aperfeiçoamento e constante atualização profissional. A escola tem um total de 944 discentes, destes, 352 são do Ensino Médio Politécnico. Os cursos oferecidos

na escola são: Educação Infantil, Ensino Fundamental Ensino Médio Politécnico e EJA, Educação de Jovens e Adultos na modalidade Ensino Fundamental.

A instituição de ensino pesquisada oferece laboratório de informática, biblioteca, Grêmio Estudantil, secretaria, ginásio de esportes, xérox, auditório, sala de artes banda Marcial, oficinas de violão serviço de integração empresa-escola, refeitório, serviço de orientação ao educando, supervisão escolar. A escola oferta vários projetos pedagógicos, feira de ciências, jogos intercolegiais, JERGS (Jogos do Rio Grande do Sul), e participam das atividades da comunidade incluindo Feira do Livro, Uri Profissões, Projeto Recreação (URI/FW), palestras com as Universidades locais entre outros.

4 ANÁLISE DE DADOS

Os resultados obtidos nesta pesquisa decorreram da análise feita a partir de entrevista realizada com professores de uma Escola Estadual de Ensino Médio do município de Frederico Westphalen/RS, os quais vivenciam o Ensino Médio Politécnico.

Para responder à questão norteadora dessa dissertação “Como o Ensino Médio Politécnico pode contribuir para a aproximação da educação com o mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão?”, foram organizadas entrevistas semiestruturadas, conforme roteiros que constam nos apêndices, com questões abertas que discorrem sobre o tema.

A concepção de educação está centrada na formação integral do educando sendo o mundo do trabalho o universo a ser desvendado. Assim,

Uma educação com o foco no mundo do trabalho visa fomentar percursos discentes na direção de uma inserção crítica propositiva e não subordinada no mercado de trabalho, por meio da formação cidadã e técnica. Isso pressupõe a apropriação dos fundamentos da ciência, da tecnologia, do trabalho e da cultura como etapa imprescindível para o aprofundamento de sua consciência cidadã, possibilitando que atuem criticamente munidos para o exercício da cidadania [...] (AZEVEDO, 2013, p.35).

Todas as respostas às perguntas foram consideradas na análise, entretanto, algumas foram mais destacadas porque são mais objetivas para responderem ao problema de pesquisa proposto. As questões mais destacadas foram:

1^a) Como os gestores e professores da escola receberam as mudanças no Ensino Médio? E quais as mudanças ocorridas para implantar o Ensino Médio Politécnico?

2^a) Como educador, qual a principal diferença que identificas em relação ao Ensino Médio anterior e o atual Ensino Médio Politécnico?

3^a) Na sua opinião, como o Ensino Médio Politécnico está contribuindo para a promoção de um aluno cidadão?

4^a) O Ensino Médio Politécnico auxilia na formação profissional e o mundo do trabalho? Como?

Analisando as respostas dos sujeitos, emergiram algumas ideias principais, as quais ajudam na compreensão do problema.

O Ensino Médio, na Rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, a partir de 2012, vem passando por mudanças para implantar o Ensino Médio Politécnico, conforme

orientações da SEDUC/RS: “[...] reestruturação do currículo da educação básica, em especial o Ensino Médio” (RIO GRANDE DO SUL, 2011 P.3).

Para possibilitar essa nova modalidade de ensino a escola pesquisada, na prática, incluiu o Seminário Integrado e Projetos como componente curricular. Esse componente destina-se a abordar a pesquisa na escola como ferramenta de ensino.

Na escola investigada, o Ensino Médio Politécnico trouxe alterações no sistema de avaliação, mudando as notas numéricas por conceitos e pareceres. Mas a principal diferença do sistema atual de avaliação em relação ao anterior e ao EMP é que o aluno pode reprovar em todos os componentes curriculares, de uma mesma área do conhecimento, e mesmo assim, ser apto para cursar a série posterior. Mas se reprovar em componentes curriculares de duas áreas do conhecimento, o aluno terá que refazer a série.

Nesse sentido, vale elencar alguns aspectos sobre a politecnia. Segundo a autora:

[...] Politecnia representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo, Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a forma de pensamento mais abstrata. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento. (MACHADO 1994, P. 19).

Na percepção dos professores para a implantação do novo sistema de ensino e quanto as mudanças ocorridas na escola a maioria disse que não houve grandes mudanças estruturais, o P2 disse que houve um turno a mais, o P4 ainda refere-se a ampliação de salas de aula e sala para alimentação, já para o P11 os professores e gestores receberam com grande expectativa até porque em cada governo sempre se espera algo novo, mudanças na educação; uns mais outros menos mas, sempre há novidades e não foi diferente no governo Tarso. As mudanças para implantar o Ensino Médio Politécnico fora as necessárias tais como: adequar as refeições ao meio dia, um turno a mais na semana e as aulas da Disciplina de Seminários Integrados e Projetos (SIP).

Em relação à pergunta: Como os professores e gestores receberam as mudanças no Ensino Médio? Relata P2 receberam com desconfiança e receio devido às muitas mudanças principalmente devido à forma da avaliação e a falta de formação necessária ao bom andamento destas mudanças. As principais mudanças foram o formato de avaliação, aumento de horas aula (um turno a mais), adição da disciplina de Seminários Integrados e Projetos (SIP).

P3 os gestores e professores não receberam muito bem as mudanças no Ensino Médio Politécnico, principalmente devido ao Seminário Integrado que foi incluído já no 1º ano e expandido gradativamente no 2º e 3º ano. P4 com apreensão, já que não houve capacitação/formação para isso, apenas um debate superficial diante de sua importância. A escola teve de se reestruturar como pode desde as questões pedagógicas até estruturais (sala de aulas, alimentação, etc.). Para o P5 como tudo o que é novo ou desconhecido causa certa apreensão ou receio, não foi diferente com as mudanças ocorridas no Ensino Médio nas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul no Governo Tarso. Mudanças ocorridas para implantar essa modalidade de ensino, estruturais praticamente não houve, as mudanças ocorreram no currículo acrescentando mais horas/aula e a disciplina de Seminário Integrado e Projetos, isso sim foi novidade, mas também como vem ocorrendo foi uma mudança positiva.

O P6 recebeu com muita indignação, “porque criar uma modalidade de ensino impensada e jogar pra dentro das escolas é fácil, vire-se quem puder”. Escolas sem preparo para atender os estudantes que necessitam permanecer na escola o dia todo sem alimentação, sem transporte. Faltando espaço físico, material para trabalhar com esse novo Ensino Médio Politécnico e ainda as pessoas, os pais, a comunidade pensando que agora era só ensino técnico não existia mais o Ensino Médio, virou uma confusão na cabeça das pessoas. P7 fazer o que? A mudança veio, tínhamos que aceitar não havia outra possibilidade. As mudanças que ocorreram foram um sufoco para os professores que nem muitos tiveram pesquisa de campo ou projetos de pesquisa em suas graduações, de repente tem que trabalhar a mesma. P8 os gestores e professores receberam as mudanças no Ensino Médio de forma bem receptiva. O Ensino Médio ansiava por mudanças, havia um grande percentual de reprovações e evasões nas escolas e com esse novo ensino tudo está melhor. P11 diz que as mudanças ocorreram de forma receptiva, P10 não muito bem, houve resistência, P12 com espanto e pavor, P13 os professores reagiram de forma contrária e a implantação do Politécnico principalmente em relação a avaliação do mesmo. A implantação desse sistema de avaliação por conceito causou muitas mudanças e reações contrárias dos professores. P14 com desconfiança e questionamentos P15 Os professores e gestores receberam as mudanças no novo Ensino Médio com apreensão e incertezas. Mudanças na escola não houve mudanças significativas para implantar essa modalidade de ensino com.

Analisando as respostas dos sujeitos entrevistados parece haver uma sintonia entre os posicionamentos em relação a principal diferença que identifica entre o Ensino Médio anterior e o atual, foi à inclusão da Disciplina de Seminário Integrado e Projetos como

componente curricular. Esse componente destina-se a abordar a pesquisa na escola como ferramenta de ensino.

Na questão como educador, qual a principal diferença que identifica em relação ao Ensino Médio anterior e o atual Ensino Médio Politécnico? A tentativa de integrar as várias disciplinas no todo da escola e principalmente por área do conhecimento; o Seminário de Pesquisa onde os alunos buscam e constroem o conhecimento; a avaliação com um olhar diferenciado P2, para o P5 a principal mudança ocorrida como já citei na questão anterior foi o acréscimo da disciplina de Seminário Integrado e Projetos onde o aluno inicia no Ensino Médio a pesquisa sendo ele um protagonista da história escolhendo sua temática e se bem orientado trazendo a mesma para o mundo do trabalho podendo mesmo na Educação Básica vivenciar essa possibilidade de um futuro profissional. P8 este novo ensino trabalha de forma mais clara, uma proposta de inclusão de maior participação dos educandos, todos interagem, participam e opinam, quando na modalidade anterior, só o professor era o detentor do saber, agora o educando participa mais, cria busca faz acontecer através de seus projetos de pesquisas de campo.

A importância da pesquisa no ambiente escolar aparece entre todos os sujeitos pesquisados. Isso pode ser observado. Esse posicionamento concorda com Viamonte (2011), porque as demandas contemporâneas do mundo do trabalho requerem sujeitos autônomos. Afirma a autora:

Diante das demandas contemporâneas do mundo do trabalho é necessário conceber a integração do currículo a partir da articulação ensino/pesquisa, a qual contribui para formar a autonomia dos indivíduos. Isto é, o desenvolvimento das capacidades de, ao longo da vida, aprender, interpretar, analisar criticamente, refletir, buscar soluções e propor alternativas. (VIAMONTE, 2011, p. 47 e 48).

Buscando compreender a prática docente de forma emancipatória, e considerando a possibilidade de formação integral, aborda Demo (2001). Falta de formação dos professores, segundo os sujeitos entrevistados, a Secretaria de Educação do RS, não preparou os docentes para trabalhar o novo Ensino Médio Politécnico, como deveria. O que causou resistência no meio escolar, principalmente no primeiro ano de implantação, em 2011.

Em relação a pergunta: como os gestores e professores da escola foram capacitados para trabalhar com o Ensino Médio Politécnico?

O P3 falando sobre a formação disse: “Praticamente não houve capacitação”. A alegação da falta de formação apropriada aos professores decorre da SEDUC ter chamado somente alguns gestores para participarem de reuniões de formação, segundo o P7, P10 não como deveria ser a capacitação. Foi mais para a equipe diretiva que passaram aos demais professores da escola.

Então trabalhar com os professores, suas dificuldades o que entende por politecnia, ou como trabalhar a questão interdisciplinar ou multidisciplinar, pouco teve de oportunidade. A escola tentou se organizar dentro do que se tinha de recursos humanos, de professores que estão mais acostumados a trabalhar com projetos, ou até quem já tem um conceito mais elaborado do que seja a politecnia que é o pessoal das áreas das ciências humanas, da SEDUC pouco veio. P15. Capacitação muito pouco, pois, apenas os gestores receberam alguma coisa e mais sobre os Seminários Integrados e Projetos e o que receberam passaram aos demais professores. A escola procurou buscar informações e conhecimentos, mais ainda falta muito entendimento.

Entre os professores que participaram da chamada formação, encontram-se relatos de descontentamentos, verificados, por exemplo, na afirmação: “Não houve uma capacitação efetiva, apenas algumas orientações”.

Outra questão importante que apareceu na pesquisa refere-se a opinião dos sujeitos pesquisados sobre a pergunta se o Ensino Médio Politécnico está contribuindo para promoção de aluno cidadão, esta questão foi positiva na grande maioria dos pesquisados. “Segundo Freire (2001), o conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está”. A proposta de uma educação para a cidadania pretende contribuir para fazer de cada indivíduo um agente de transformação do seu mundo. A escola tem a missão de formar cidadãos ativos, capazes de uma democracia livre de situações de opressão. Vale ressaltar a posição de Pedro DEMO (2002): Para que a população compreenda, finalmente que a exclusão política e econômica das maiorias é injusta historicamente produzida e mantida, necessitamos que a escola pública lhe mostre isso criticamente e oriente adequadamente para a luta histórica.

Afirma o P8 “Este novo Ensino Médio Politécnico está contribuindo de forma gratificante, o educando participa, opina, cria, busca através de seus projetos de pesquisas interagirem com seu grupo, com seu bairro, sua comunidade e região, criam projetos fantásticos e participam de sessões na Câmara de Vereadores, Prefeitura, e, com estas pesquisas participam de Mostras Pedagógicas, na escola, na Universidade Feiras locais, regionais e até Estadual. Com certeza com tudo isso esse educando está se preparando cada vez mais e sendo promovido como cidadão”. P12 diz “uma das características mais marcantes das novas gerações é a curiosidade inquietante por conhecer e transformar o mundo”. Os indivíduos, para transformarem-se em sujeitos autônomos, capazes de buscar uma inserção cidadã na sociedade, precisam compreender-se no mundo e construir sua atuação visando à transformação da realidade próxima e a mais coletiva, considerando a sua necessidade e dos demais. A pesquisa é o

processo que, garante a apropriação adequada da realidade, assim como projeta para a promoção de um educando cidadão.

Nesse sentido, é preciso analisar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, para a qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB institui tal educação integrando a ela os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo elas oferecidas por vieses diferentes dentro de cada modalidade, mas que contemple as características necessárias ao desenvolvimento do aluno no nível em que este estiver assim:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art.22).

Veio contribuir bastante, estamos trabalhando a autonomia do educando, dando um norte para que ele tenha condições de ingressar no mundo do trabalho ou no ensino superior. Ao mesmo tempo não abandonamos a questão do vestibular, do ENEM. Na verdade as coisas se agregam. Ao mesmo tempo esta modalidade de ensino está contribuindo para a cidadania diz P9. Para o P2 “dá mais autonomia aos alunos e desacomoda os professores. “No desenvolvimento do gosto e o interesse pela pesquisa, já que na Disciplina de SIP, o aluno é instigado a desenvolver projeto de pesquisa” diz P4. “É perceptível que as instituições como família, tão necessárias para educação, estão em crise, por isso não será a escola, por maior esforço que se faça, capaz de receber o aluno e transformá-lo em cidadão” fala o pesquisado P4. Através dos projetos de pesquisas, o educando escolhe o assunto pesquisa interage com sua comunidade, ele é o sujeito da história. Percebe-se que através dessa prática o educando participa mais, fala mais, desenvolve outros valores e práticas que se fosse ao modelo anterior não aconteceria, e, mais todos os educandos participam relata P15. Para o P14 o Ensino Médio Politécnico está contribuindo para um a promoção de um aluno cidadão através da pesquisa e da participação.

Outra questão importante é quanto à formação e o mundo do trabalho se o Ensino Médio Politécnico está auxiliando e como? Perguntados P1 relata “no momento em que o aluno toma posse da liberdade de desenvolver pesquisa sobre um tema que lhe chama a atenção, o ensino assume o seu real papel que é o autodesenvolvimento ao mesmo tempo em que garante oportunidade de crescimento cultural e cognitivo pela produção do conhecimento e pelo engendramento das ferramentas usadas na pesquisa, redação e apresentação dos trabalhos. Os temas transversais e a interdisciplinaridade tornam o ensino mais adequado a

construção do saber, assim imagina que ao deixar a escola o aluno encontra-se melhor preparado, mais confiante, no enfrentamento de alguns percalços que irá encontrar pela vida em sociedade”.

O educando toma posse da liberdade de desenvolver pesquisa sobre um determinado assunto que lhe chama a atenção, o ensino assume seu real papel que é o autodesenvolvimento ao mesmo tempo em que garante oportunidade de crescimento cultural e cognitivo pela produção do conhecimento e pelo engendramento das ferramentas usadas na pesquisa, redação e apresentação dos trabalhos. Os temas transversais e a interdisciplinaridade tornam o ensino mais adequado à construção do saber. Essa postura encontra concordância no posicionamento defendido pelos autores:

Na educação, especialmente, a interdisciplinaridade encontra um de seus principais papéis, e se realiza no trabalho cooperativo de professores de diferentes disciplinas que decidem integrar suas ações educativas. Essa integração visa, primeiramente, opor-se à fragmentação do conhecimento. (ROCHA FILHO, BASSO e BORGES, 2009, p. 37).

O Ensino Médio Politécnico auxilia na formação profissional e o mundo do trabalho na medida em que ele participa, busca temas de seu interesse e da profissão desejada e através da pesquisa interage com sua comunidade, sai das quatro paredes da sala de aula e busca outros conhecimentos, relata P15.

O autor que se dedica à temática é unânime em apontar que todas essas contribuições são oportunas acerca do mundo do trabalho.

O que a “escola politécnica” procura [...] é justamente o oposto de adestramento para determinado ofício ou profissão; de fato visa-se um aperfeiçoamento intelectual de todos os alunos. [...], não se procurando saber as determinadas profissões que escolherão por si [...], Essa ocupação pode ser em trabalho manual ou numa profissão intelectual. (LEMME, 1995, p. 74).

Todavia, o P2 diz “Sim, o EMP auxilia os alunos na formação profissional e o mundo do trabalho, pois os alunos procuram conhecimento através da pesquisa de campo com foco em suas habilidades e preferências, de acordo com metodologias científicas nas pesquisas”. Para o P3, “[...] desde que a pesquisa desenvolvida na Disciplina de Seminário Integrado seja direcionada para o estudo e pesquisa da profissão desejada.”.

Miguel Arroio apoia-se na tese da requalificação para criticar aquelas visões que tendem a trocar a defesa do “trabalho como princípio educativo” pela “resistência ao trabalho”. O trabalho é concebido como educativo na medida em que ele é uma decisão direta

do homem com natureza natural, sem qualquer intermediação da tecnologia. (ARROIO, 1988, P. 24)

Analisando as respostas dos sujeitos entrevistados parece haver sintonia entre os posicionamentos e as questões apresentadas. O P4 “sim, na medida em que o aluno tem oportunidade de entrar em contato com o universo da pesquisa [...] desenvolve sua independência, e é capaz de buscar por si solução para suas dúvidas”. P6 e P7 perceberam justamente que esta nova modalidade de ensino auxilia na formação profissional e o mundo do trabalho na medida em que a escola e o professor estiverem preparados para tal, engajado na proposta trazendo o norte da pesquisa para o cunho profissional e a necessidade de entender a proposta.

A importância da pesquisa está muito presente nos relatos dos sujeitos entrevistados P8 relata em suas falas “Com todas essas experiências através dessas atividades que estão sendo realizadas. O estudante está cada vez mais se preparando para sua formação profissional, participando, construindo o mundo do trabalho. Está vivenciando, interagindo, relacionando-se com o mundo. Seu conhecimento é ímpar. Estamos de parabéns com essas novas iniciativas enriquecendo cada vez mais nossas escolas nossos estudantes”.

Está muito presente nos relatos dos demais sujeitos entrevistado a importância da pesquisa no ambiente escolar aparece em todos os relatos. Muitos dos entrevistados já tinham tido um conhecimento, uma experiência com projetos, e como já mencionado, chamados pelos professores de projetos de iniciação científica.

Conforme Ramos (2011), essa abordagem, na perspectiva de iniciação científica favorece a contextos de produção e recriação. Nas palavras da autora:

Os projetos de iniciação científica, de desenvolvimento cultural, por sua vez, se aportam também na delimitação da ciência e da cultura como contexto de produção e de criação; e como tal, podem ser valorizados no currículo de Ensino Médio. (RAMOS, 2011, p.777).

A experiência dos professores em projetos pode ter influenciado positivamente na concepção dos sujeitos sobre a importância da pesquisa na escola para formar um educando sujeito de sua história protagonista, autônomo vivenciando práticas opinando fazendo escolhas nos temas e praticando em suas comunidades desenvolvendo autonomia e descobrindo o mundo do trabalho, tendo orientação para sua vida profissional através desses conhecimentos e dessas vivências positivas, percebendo as áreas do conhecimento e podendo fazer escolhas para seu futuro profissional com mais conhecimento e mais sucesso. São relatos dos sujeitos entrevistados: P12 através dos projetos de pesquisa e por traduzirem por

práticas, visitas, estágios e vivências poderão auxiliar na formação profissional e o mundo do trabalho desde que orientados por seus professores. P13 através dos projetos de pesquisa e por traduzirem práticas, visitas, estágios e vivências poderão auxiliar na formação profissional e o mundo do trabalho desde que orientados por seus professores.

Ainda na questão perguntada se o Ensino Médio Politécnico auxilia na formação profissional e o mundo do trabalho e como o P15 relata “o Ensino Médio Politécnico auxilia na formação profissional e o mundo do trabalho na medida em que ele participa, busca temas de seu interesse e da profissão desejada e através da pesquisa interage com a comunidade, sai das quatro paredes da sala de aula e busca outros conhecimentos”.

Na perspectiva da politecnia o ensino voltado à preparação do sujeito implica na superação da:

[...] visão utilitarista reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos como sujeitos do seu dever. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que são dentro destas velhas adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo. (FRIGOTTO, 1999, p.8).

Nessa reflexão, a transformação das relações sociais e a perspectiva de emancipação dos sujeitos humanos passam pelo trabalho. Explica-se então o desafio da resolução da contradição entre meios e fins, entre a necessidade e a liberdade. (MÉSAROS, 1981, p.167) retoma do pensamento de Marx o entendimento de que o trabalho, uma “atividade livre” com um fim em si mesma, poderá perder seu caráter de necessidade exterior ao homem somente se existir uma necessidade interior de trabalho. Nesse caso, o trabalho como necessidade positiva verdadeiramente humana, torna possível a autorrealização; ou, conforme Engels citado por (MÉSAROS, 1981, p166), “a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão norteadora dessa pesquisa “Como o Ensino Médio Politécnico pode contribuir para a aproximação da educação com o mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão”? Em uma Escola Estadual de Ensino Médio Politécnico no município de Frederico Westphalen/RS.

A contribuição desta pesquisa busca a compreensão da problemática, desafios e esclarecimentos que envolvem as questões da implantação dessa modalidade de ensino “Politécnico”, o mesmo trouxe uma reestruturação curricular no Ensino Médio e a adoção de novas práticas pedagógicas através da implantação dos Seminários Integrados que proporcionam espaço-tempo para pesquisa na escola com enfoque interdisciplinar. Além disso, trouxe um aumento da carga horária, passando de 800 horas, ano para 1000 horas ano, totalizando 3000 mil horas. Também a necessidade de formação dos professores. Nessa perspectiva busca-se a compreensão e os resultados para o entendimento de que como esse ensino pode contribuir para a aproximação da educação com o mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão.

Segundo a proposta (2011-2014), o Ensino Politécnico tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania. Para Saviani (2007), politecnicidade significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. A concepção de Ensino Politécnico, que tem relação em preparar o sujeito para o mundo do trabalho, é diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, que está relacionada em preparar o sujeito para o mundo do trabalho.

Uma vez que a falta de autonomia dos professores se apresenta como um desafio à implantação desse novo ensino médio, adequar um período vivencial seria mais um passo dado em direção à superação desse problema.

E para finalizar, é possível afirmar que mesmo diante das dificuldades encontradas para implantar o Ensino Médio Politécnico, os professores da escola pesquisada, vem desenvolvendo seus trabalhos com muita dedicação e esforço. Não são as palavras que expressam isso, são os frutos desses trabalhos manifestos na postura dos professores. Nas

entrevistas os professores mostram-se ativos, com atitudes de criticar com fundamentação, principalmente, com habilidade de refletir sobre as novas práticas de pesquisas que realizam com seus alunos e com capacidade de enfrentar sem medo as mudanças ocorridas no Ensino Médio Politécnico.

No contexto da investigação dessa dissertação, parece que esse Ensino Médio Politécnico está mudando as rotinas das aulas dando maior autonomia ao aluno, tornando-o um protagonista, aproximando-o à educação com o mundo do trabalho e promovendo um aluno cidadão mesmo que lentamente. O ensino tradicional, no qual o professor fala e os alunos copiam, começa a ceder espaço para autonomia, a qual favorece a maior participação do sujeito. Dessa forma, os alunos estão tendo oportunidade de participarem do processo de construção e reconstrução do seu conhecimento.

A aproximação do aluno com a produção de seus próprios conhecimentos possibilita uma aproximação deste à produção de seus próprios conhecimentos possibilita uma aproximação deste à proposta de educação cidadã, pois se cada aluno formar uma concepção de aprendizagem e perceber nela o caminho para a melhoria do mundo que o cerca, incluindo aqui sua contribuição para o mundo do trabalho que na proposta da politecnia se encontra nas pesquisas científicas produzidas por estes alunos que estão construindo uma aprendizagem cidadã.

Nesse processo o aluno torna-se autor da sua aprendizagem, pois se insere com função participativa essencial que pode possibilitar a promoção da cidadania, e o mundo do trabalho, articulando a educação politécnica, possibilitando o desenvolvimento de todas as habilidades nas atividades escolares:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm trazido à agenda político-pedagógica novas demandas de formação humana, e, em que pese às pesquisas estarem reiteradamente apontando a tendência à polarização das qualificações, esta é uma questão fundamental para o enfrentamento da exclusão (KUENZER, 2000, P. 18).

Pretende-se que essa pesquisa tenha contribuído para esclarecer a compreensão de alguns aspectos relativos à implantação do Ensino Médio Politécnico, quanto à politecnia, o mundo do trabalho e a promoção de um aluno cidadão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo et al. Organizadoras; Graça Druck, Tânia Franco. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio (org.). Reestruturação do ensino Médio: Pressupostos Teóricos e Desafios da Prática. 1. Ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**. Uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. 1971. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que “**fixa diretrizes e bases para o ensino de 1o e 2o graus e dá outras providências**”. *Diário Oficial da União*. Brasília, v.1, p. 6.377, de 12/08/71.

_____, **Plano Nacional de Educação**. Projeto de Lei nº 8.035-B, 2010.

_____, **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____, CNE/CEB. Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 2012.

_____, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação e Tecnológica (Semtec). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/Semtec, 2000.

BOFF, Leonardo. **Que Brasil queremos?** Petrópolis: Vozes 2000.

BUCCI, Maria Paula Dellari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CALAZANS, M. J. ; KUENZER, A.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CASTRO, B. J.; COSTA, P.C.F. Contribuições. **Revista Eletrônica de Investigación em Educación em Ciências**. V. 6 n. 2 p. 1-13, 2011.

CHASSOT, A. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. In. **Revista Brasileira de Educação**, n 22, p.89-100, 2003.

DEMO, Pedro, 1941 – **Cidadania Tutelada e Assistida**/Pedro Demo. – Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro, 1941- **Combate à Pobreza: desenvolvimento como oportunidade**/Pedro Demo. - Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro, 1941- **Educar pela pesquisa**/Pedro Demo.- 6.ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

DEMO, Pedro, 1941 - **Pesquisa: princípio científico e educativo**/Pedro Demo,- 13. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v.14).

DEMO, Pedro, 1941- **Pobreza Política**/Pedro Demo. – 6. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DEMO, Pedro, 1941 – **Política Social, educação e cidadania**/Pedro Demo – 2ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1996.

FAZENDA, Ivani C. A. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo; Cortêz, 2008.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados.** *Organicom (USP)*, v. 9, p. 90-100, 2009.

FREIRE, Paulo, 1921- **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**/Paulo Freire, (introdução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintral-3). Ed. – São Paulo: Moraes. 1980.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1984.

FRIGOTTO, G. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades.** *Boletim Técnico do Senac*, Ano 11, 3: 175-192, set.-dez., 1985.

FRIGOTTO, G. **Formação Profissional no 2º grau: em busca do horizonte da “educação” politécnica.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1988. (Transcrição da aula inaugural, proferida pelo autor, do curso técnico de 2º grau da EPSJV/Fiocruz).

FRIGOTTO, G. **Trabalho-educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica?** *Educação e Realidade*, 14(1): 17-26, jan.-jun. 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Formação profissional no 2º grau: em busca do horizonte da Educação Politécnica.** In: *Cadernos de Saúde Pública*, vol.4, n.4, Rio de Janeiro, 1988.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
 _____. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** *Educação e Sociedade*. Campinas, Volume 28, nº 100-ESPECIAL, p. 11531178, outubro 2007.

GENTILI, Pablo. **Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático.** IN: AZEVEDO.J.C,_____. KRUG, et al. Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HÜBNER, Samuel. Ensino médio Politécnico: avanços, retrocessos ou desafio? **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 de julho 2012.

JACOMINI, M. A. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. *Educação e Pesquisa*, v. 35, n. 3, p. 557-572. Set/dez. 2009.

KRAWCZYK, Nora. **O Ensino médio no Brasil/Nora Krawczyk** - São Paulo: Ação Educativa, 2009. - (Em questão, 6).

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: uma nova concepção unificadora de ciência, técnica e ensino.** In: BRASIL: politecnia no ensino médio. São Paulo: Cortêz; Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1991.

KUENZER, A. Z. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** *Educação e Sociedade*. Campinas, Volume 28 n° 100- Especila, p.1153-1178, outubro de 2007.

LODI, Lúcia; KRAWCZYK, Nora. 2008: **O Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: desafios curriculares. Texto apresentado no IV Colóquio Luso-Brasileiro, sobre questões curriculares,** Florianópolis, 4 de setembro de 2008.

LEMME, Pachol. **A educação na U.R.S.S: 1953.** Rio de Janeiro: Vitória, 1955.

MACHADO, Lucília R de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Em defesa da politecnia.** *Ciência & Movimento*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-61, set. 1990.

MANACORDA, M. A. **O Princípio Educativo em Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 2001.

MARX, Karl. 1968. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, István, 1930 – **A educação para além do capital**/István Mészáros; (introdução Isa Tavares). – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. **Aprendizagem Significativa em Revista**/Meaningful Learning Review-V1(3), p.25-46, 2011.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

NOSELLA, Paolo. ENSINO MÉDIO: natureza, história e perspectivas. Texto apresentado no VI Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, promovido pelo PPGE da UNINOVE-SP (27/08/2009) e no encerramento do V Simpósio sobre Trabalho e Educação, promovido pela FAE/NETE da UFMG/BH (28/08/2009). O mesmo texto foi apresentado no Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio, a convite do Ministério da Educação, Brasília, 23 de set. 2009.

NÓVOA, A. (2008). **Anti-intellectualism and Teacher Education in the 21st century**. Is there any way out? Zeitschrift für Paedagogische Historiographie (Zürich), 14 (2), 101-102.

Parecer nº 0310/2012, SE- Secretaria da Educação/RS-Regimento Padrão do Ensino Médio Politécnico, 2012.

RAMOS, M.N. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.32, n.116, p.771-772, jul-set. 2011.

Reestruturação do ensino médio: **pressupostos teóricos e desafios da prática** / organização Jose Clovis de Azevedo, Jonas Tarcísio Reis. — 1. ed. — São Paulo : fundação santillana, 2013.

ROCHA FILHO, J.B.; BASSO, N.R.S.; BORGES, R.M.R. **Transdisciplinaridade: a natureza íntima da educação científica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RODRIGUES, J. S. **A educação politécnica no Brasil: concepção em construção** (1984-1992). Rio de Janeiro: UFF, 1992. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Georgia Sobreira dos. **A reforma da educação: tendências e riscos**. In: Educação e sociedade, vol. 23, 2002.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Universidade de Brasília, 1970.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. **Contribuição à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação: um início de conversa**. In: **XI Reunião Anual da Anped**, 1988, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre, abr. 1988 a. (Mimeo).

SAVIANI, D. **Perspectivas de expansão e qualidade para o ensino de 2º grau: repensando a relação trabalho-escola**. In: **Seminário de Ensino de 2º grau - Perspectivas**, 1988, São Paulo, Anais... 1988b, p. 79-91.

SAVIANI, D. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos**, 2007.

SILVA, M. R.; **Currículo e competência na reforma da educação**. In: **XVII Semana de Ensino, pesquisa e extensão**, 2003, Curitiba – PR. SEPE/2003. CURITIBA: UFPR, 2003.

SILVA, M. R.; **Educação, trabalho, ciência e tecnologia; bases para o Eixo 3 dos Documentos da CONAE 2014**. In; Mônica Ribeiro da Silva. (Org.). **Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável**. 1 ed. Cultura: Appris, 2015, v. 1, p. 09 – 18.

SILVA, M. R.; **Jovens, ensino médio e o conceito de politecnia**. 2012.

SILVA, M. R.; **Jovens, ensino médio e politecnia: possibilidades diante das novas diretrizes curriculares nacionais**. In: Eunice Isaias da Silva; Lucineide Mendes Pires. (Org.) **Desafios da didática da Geografia**. 1 ed. Goiânia: PUC, GO, 2013, v. 1, p. 17- 32.

SILVA, M. R.; **O ensino médio no contexto da reforma curricular e do modelo de competências**. IN: **Congresso Internacional expoente de Educação**, 2000, Curitiba, PR. Congresso Internacional Expoente de Educação – Anais. Curitiba/PR: Expoente, 2000. P. 216- 225.

SILVA, M. R.; JAKIMIU, V. C. L.. **Políticas para o Ensino Médio: a perspectiva de integração curricular no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador**. In: José Clóvis de Azevedo; Jonas Tarcísio Reis. (Org.). **ENSINO MÉDIO: ROJETOS EM DISPUTA**. 1ed. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2015, v. 01, p. 83 – 100.

SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M.. **O princípio educativo do trabalho e as possibilidades de formação unitária no âmbito do ensino médio integrado**. In, PARANÁ. SEED; DET. (Org.) **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções a partir da implantação na rede pública estadual**. Curitiba: SEED, 2008, v. 1, p. 1- 17.

SILVA, M. R. **Tecnologia, trabalho e formação: educação tecnológica como competência e o currículo do ensino médio.** 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SHIROMA, Eneida Oto **Política Educacional**/Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista- Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 4. Edição.

XAVIER, Antônio Carlos da Ressurreição; AMARAL SOBRINHO, José. **Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola.** 3. ed. Brasília: FUNDESCOLA, 2006.

APÊNDICE A

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a pesquisadora Prof^a. Mestranda Neusa Maria Machado de Oliveira Frank a realizar coleta de dados (entrevista com gestores e professores, devidamente consentida) na Escola Estadual de Ensino Médio Cardeal Roncalli, referente a pesquisa “**Ensino Médio Politécnico como Promotor da Cidadania: uma ponte possível entre educação e o mundo do trabalho**”. Fui informado que: a) os participantes serão livres para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; b) os participantes podem deixar de participar da pesquisa e não precisam apresentar justificativas para isso; c) as identidades dos participantes serão mantidas em sigilo; d) caso os participantes queiram, poderão ser informados (as) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudarem seus consentimentos em participar da pesquisa.

Roselara Grassi

Diretora da Escola Estadual de Ensino Médio Cardeal Roncalli
Frederico Westphalen

Frederico Westphalen, _____ de _____ de 2015.

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Campus de Frederico Westphalen, RS – Av. Assis Brasil, 709, Itapagé, 98400-000
Tel: 55 3744 9200 - e 3744-3571 (Mestranda Neusa)

e-mail : neusafrank@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Campus de Frederico Westphalen, RS – Av. Assis Brasil, 709, Itapagé, 98400-000
Tel.: 55 3744 9200 – ramal – 306
e-mail: cep@uri.edu.br

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE DIRETIVA/COORDENADOR (A) PEDAGÓGICO E PROFESSORES DA ESCOLA PESQUISADA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de acordo com a RES 466/12 do Conselho Nacional de Pesquisa

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa com o título: ensino médio politécnico como promotor da cidadania: uma ponte possível entre educação e o mundo do trabalho. Sob-responsabilidade da pesquisadora Neusa Maria Machado de Oliveira Frank com a orientação da Profª Drª Luci Mary Duso Pacheco. O principal objetivo da presente pesquisa é analisar como o Ensino Médio Politécnico pode contribuir para a aproximação da educação e do mundo do trabalho na promoção de um aluno cidadão. Trazer estes questionamentos à luz dos princípios legislativos que norteiam o Ensino Médio e o Ensino Médio Politécnico no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

Sua participação voluntária na pesquisa será em forma de entrevista, que será realizada de maneira anônima (sem identificação) e com a participação do entrevistador/pesquisador e entrevistado, somente. As conversas serão gravadas com seu consentimento. A duração da participação no estudo será de uma hora aproximadamente, sendo que após este encontro, não serão necessários outros envolvimento no estudo por parte do pesquisado.

Importante ressaltar que a participação nesta pesquisa não acarretará nenhum benefício direto a nenhum dos participantes, porém, contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto estudado e os seus resultados poderão auxiliar o desenvolvimento de estudos futuros. Não existem riscos conhecidos associados ao procedimento previsto, tampouco desconfortos em participantes do estudo.

A participação no estudo é totalmente voluntária, assim como a não participação ou desistência após ingressar no estudo não implicará em nenhum tipo de prejuízo para o participante. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela participação no estudo e o participante não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

A confidencialidade dos dados de identificação pessoal dos participantes será preservada, e os resultados serão divulgados de maneira agrupada, sem a identificação dos

participantes do estudo. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas antes e durante o curso da pesquisa, através do contato com a pesquisadora responsável: Neusa Maria Machado de Oliveira Frank Telefone: (55) 3744-3571 email: neusafrank@hotmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa poderá ser contato para esclarecimento de dúvidas através do telefone: (55) 37449306 das 08h às 11h30min.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma delas é entregue ao participante e a outra é mantida pela pesquisadora.

Participante

Pesquisadora

Frederico Westphalen, _____ de _____ de 2015.

APÊNDICE C

Roteiro norteador para pesquisa com professores

Informações para o (a) participante voluntário (a):

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa, “Ensino Médio Politécnico como promotor da cidadania: uma ponte possível entre educação e o mundo do trabalho”, sob-responsabilidade do (a) pesquisador (a) Neusa Maria Machado de Oliveira Frank.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos: a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso; c) sua identidade será mantida em sigilo; d) caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

- 1) Como os gestores e professores da escola receberam as mudanças no Ensino Médio? E quais as mudanças ocorridas para implantar o Ensino Médio Politécnico?
- 2) Como educador, qual a principal diferença que identifica em relação ao Ensino Médio anterior e o atual Ensino Médio Politécnico?
- 3) Como os gestores e professores da escola foram capacitados para trabalhar com o Ensino Médio Politécnico?
- 4) Na sua opinião, como o Ensino Médio Politécnico está contribuindo para a promoção de um aluno cidadão?
- 5) O Ensino Médio Politécnico auxilia na formação profissional e o mundo do trabalho? Como?

